

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

MIRIÃ NOELIZA VIEIRA

**AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO
FEMININO NAS PÁGINAS DA CARTILHA CAMINHO SUAVE**

**PONTA GROSSA
2023**

MIRIÃ NOELIZA VIEIRA

**AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO
FEMININO NAS PÁGINAS DA CARTILHA CAMINHO SUAVE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linha de pesquisa: Pluralidade, Identidade e Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Marly Catarina Soares

PONTA GROSSA

2023

V658 Vieira, Miriã Noeliza
 As mudanças e permanências das representações sociais do feminino nas
 páginas da Cartilha Caminho Suave / Miriã Noeliza Vieira. Ponta Grossa, 2023.
 100 f.

 Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração:
 Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta
 Grossa.

 Orientadora: Profa. Dra. Marly Catarina Soares.

 1. Cartilha caminho suave. 2. Representação social - teoria. 3. Gênero. 4.
 Livro didático - programas. I. Soares, Marly Catarina. II. Universidade Estadual
 de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 808

MIRIÃ NOELIZA VIEIRA


AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DO FEMININO NAS PÁGINAS DA CARTILHA CAMINHO
SUAVE

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de Mestre em Estudos
da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de
concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.


Ponta Grossa, 28 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **MARLY CATARINA SOARES**
Data: 04/12/2023 09:23:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra Marly Catarina Soares - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Documento assinado digitalmente
 **VALESKA GRACIOSO CARLOS**
Data: 29/11/2023 23:45:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra Valeska Gracioso Carlos - Universidade Estadual de Ponta
Grossa

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRA LOURENCO**
Data: 29/11/2023 15:48:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra Alexandra Lourenço - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Dedico este trabalho ao meu pai, mesmo não estando presente fisicamente em minha vida, seus conselhos, seu carinho, seu amor carrego comigo em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o arquiteto e guardião do universo, que tem sido a minha força e refúgio em cada instante da minha existência.

Expresso minha gratidão à minha mãe, cuja paciência incessante e dedicação têm sido vitais na minha jornada de vida.

Agradeço profundamente ao meu sobrinho, que tem sido um grande pilar de apoio, pela sua paciência e auxílio durante este período de elaboração do texto.

Da mesma forma, estou grata a Lilian, cujo apoio contínuo foi crucial durante a execução deste trabalho.

Ao Vanderley de Paula Rocha, meu estimado amigo, sou grata pela constante assistência, desde a revisão até às sugestões úteis no projeto e na redação durante a elaboração deste trabalho.

Sou grata à minha querida amiga Ana Maria pelo apoio constante e ao seu esposo Olindo, pela assistência no acesso ao Jus Brasil.

Quero expressar minha gratidão a todos os meus colegas de trabalho pelo apoio constante, com uma menção especial à Andressa, uma amiga querida que sempre esteve disponível para ouvir as minhas preocupações relacionadas ao trabalho.

Também gostaria de agradecer à Vilma, a secretária do PPGEL/UEPG, pela sua orientação burocrática incansável e pela disposição permanente em prestar assistência do meu trabalho.

Agradeço à professora Doutora Angela Ribeiro Ferreira pelas suas valiosas sugestões que orientaram a realização deste trabalho durante as arguições no SETEDI nos anos de 2021 e 2022.

Também sou grato à professora Doutora Lígia Couto, cuja perspicaz visão ajudou a direcionar a escrita deste trabalho.

Agradeço sinceramente à Professora Doutora Alexandra Lourenço pela sua disponibilidade em participar deste processo, sacrificando seu precioso tempo para a leitura e oferecendo sua inestimável contribuição.

Para a Professora Doutora Valeska Gracioso Carlos, devo confessar que inicialmente senti um certo receio, mas o seu sorriso contagiante e a leveza de suas palavras foram decisivos! Seus valiosos conselhos foram fundamentais para esta pesquisa.

Estendo minha gratidão ao PPGEL por me acolher, uma estranha vinda do campo da história, no programa de estudo da linguagem. Posso garantir que cada disciplina cursada aprimorou minha perspectiva como pesquisadora.

Um agradecimento especial às Professoras Doutoras Pascoalina e Eunice pelas aulas memoráveis.

Por fim, gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, a estimada Professora Doutora Marly Catarina Soares. Desde que tomei a decisão de me candidatar ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), minha aspiração era tê-la como minha tutora. Mesmo sem tê-la conhecido pessoalmente, os relatos de alunos que tiveram a oportunidade de vivenciar seu ensino, instigaram em mim o desejo de conhecer a renomada Professora Marly. Sua abordagem de orientação, que promove a autonomia do aluno, é notável, evidenciando-se em seus feedbacks, seu caráter humano e seu anseio para o crescimento de seus orientandos como pesquisadores. Ela não retém seus conhecimentos, mas os compartilha de maneira eficiente e generosa.

RESUMO

VIEIRA, Miriã Noeliza. **As mudanças permanências das representações sociais do feminino nas páginas da cartilha caminho suave.** 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2023.

Este trabalho tem por finalidade analisar as mudanças e/ou permanências no lar ou fora dele, tanto no aspecto social, econômico e privado, das personagens femininas que compõem a cartilha Caminho Suave que foram publicadas nas décadas de 1950,1960,1970,1980 e 2000. A escolha por este recorte temporal está ligada à perspectiva de mudanças sociais e políticas no país, assim como as mudanças provocadas pelos movimentos feministas da segunda metade do século XX. Buscamos descrever um panorama das Políticas Públicas para o livro Didático, pautando a participação direta e efetiva da cartilha Caminho Suave. Dessa forma, a cartilha é analisada como um documento histórico mais que mediador de saberes, de valores e de ideologias, ele é um produto representante de um determinado grupo social, deve ser analisado como tal. Para as análises realizadas utilizamos o conceito de gênero como Joan Scott (1995;2012;2019), Margareth Rago (2003), entre outras. A análise das representações foi feita a partir de estudos de teóricos Serge Moscovici (1978;2015), Michael Gilly (2002), autores que tratam da teoria da Representação Social, as representações no debate da história, no debate de gênero e na educação. E no estudo do material didático, e na cultura escolar foram utilizados autores que debatem este tema, Circe Bittencourt(1993; 2009), Kazumi Munakata (2005;2012;2016), Barbara Freitag (1987), Augustin Escolano Benito (2009), Dominique Julia de Souza (2001).Centramos nossa investigação na identificação do feminino presentes nas páginas da cartilha Caminho Suave e de como a autora se viu afetada por tais mudanças, mais especificamente pelo movimento feminista com repercussão nas personagens e nas historinhas criadas por ela para compor a cartilha, com base na análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016).

Palavras Chaves: Cartilha Caminho Suave; Teoria da Representação Social; Gênero; Programas para o Livro Didático.

ABSTRACT

VIEIRA, Miriã Noeliza. **The permanence changes of female representation in the pages of cartilha Caminho Suave**. 2023. Dissertation (Master's in language studies) State University of Ponta Grossa, 2023.

This work has as finality to analyze the changes and/or permanences in the home or out him, thus in social aspect, economic and private, of female characters that made the horn book Caminho Suave that was published in the decades of 1950, 1960, 1970, 1980 and 2000. The choice of this era it's connected to the perspective of social changes and politics in the country, therefore as the changes by feminists movements caused in the Second part of XX's Century. It was searched to describe a view of Public Politics to the Didactic book, guiding the direct and effective oarticipatiin of horn book Caminho Suave. At this way, the horn book It's analyzed as a historical document, more than a mediator of knowings, values and ideologies, she's a product representative of a determined social group, must be analyzed as such.

To the analyses realized It was used the concept of gender as Joan Scott (1995, 2012,2019), Margareth Rago (2003), among others. The analyse of representations was made based in studies of Serge Moscovici (1978, 2015), Michael Gilly (2002), autors that discuss about Social Representations, representations in history debate and in education. And in the study of Didactic book, and in the school culture, It was used autors that discuss this theme, Circe Bittencourt (1993,2009) Kazumi Munakata (2005,2012, 2016), Bárbara Freitag (1987) Augustin Escolano Benito (2009), Dominique Julia de Souza (2001). The investigation was centralized in the identification of female presents in Cartilha Caminho Suave, and How the writer saw the effects caused by feminists movements with repercution in the characters and in stories created by her to did the horn book, as base the analyse of content of Lawrence Bardin (2016).

Key words: Cartilha Caminho Suave; Social Representarion Theory; Gender; Programs to the Didactic Book.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – B de barriga.....	14
Figura 2 – G de Gato.....	32
Figura 3 – Letra I.....	32
Figura 4 – Cartilha Caminho Suave - Capa e folha de rosto 1973.....	34
Figura 5 – Cartilha Caminha Suave 1981.....	37
Figura 6 – Mamãe e Papai.....	69
Figura 7 – A Família – Tio, tia, primo e prima.....	70
Figura 8 – A Família.....	70
Figura 9 – “Bela, recatada e do lar”	71
Figura 10 – Amor de professora.....	71
Figura 11 – Meiga professora.....	72
Figura 12 – Professora atenciosa.....	72
Figura 13 – Professora amável.....	72
Figura 14 – Minha professora, minha mãe.....	74
Figura 15 – Os exames.....	74
Figura 16 – Meu pai, meu amigo.....	74
Figura 17 - O afazer masculino e feminino.....	75
Figura 18 – Ansiosa pela chegada do meu bem.....	76
Figura 19 - Zazá – 1978.....	78
Figura 20 – Zazá – 1982.....	78
Figura 21– Zazá – 1985.....	78
Figura 22 – Texto Zazá – 1978.....	74
Figura 23 – Texto Zazá – 1982.....	74
Figura 24 – Texto Zazá – 1985.....	74
Figura 25 – Afazeres de Zazá – 1982.....	80
Figura 26 – Afazeres de Zazá – 1985.....	80
Figura 27 – Afazeres de Zazá – 1978.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cartilha Caminho Suave - representação de homens, mulheres, meninos e meninas.....	68
Tabela 2 – Representatividade cultural.....	77

LISTA DE SIGLAS

CDMB - Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
CECF - Conselho Estadual da Condição Feminina
CIM - Centro de Informação da Mulher
COLTED - Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMB - Centro da Mulher Brasileira
DOU – Diário Oficial da União
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante
FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FMB - Federação Mulheres do Brasil
FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INL - Instituto Nacional do Livro
LEIM - Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher
MEC – Ministério da Educação
ONU - Organização das Nações Unidas
PAISM - Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos
PLIDEF - Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNLEM - Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PRF - Partido Republicano Feminino
SNEL - Sindicato Nacional dos Editores de Livros
TRS – Teoria da Representação Social
USAID - Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - O LIVRO	22
1.1 O LIVRO DIDÁTICO COMO COMPONENTE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.....	24
1.2 CARTILHA CAMINHO SUAVE.....	30
1.3 CARTILHA CAMINHO SUAVE ENQUANTO COMPONENTE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.....	33
1.4 A CARTILHA CAMINHO SUAVE COMO OBJETO MATERIAL DA CULTURA ESCOLAR.....	37
CAPÍTULO 2 - UMA HISTÓRIA VISTA DE BAIXO: O COMEÇO DA LUTA FEMININA NO BRASIL	40
2.1 A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA NO BRASIL: SIM SOMOS IGUAIS, O DIREITO A EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA.....	42
2.2 A SEGUNDA ONDA FEMINISTA NO BRASIL: O SONHADO VOTO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	45
2.3 A TERCEIRA ONDA FEMINISTA NO BRASIL: SOMOS CIDADÃS!.....	50
2.4 A QUARTA ONDA FEMINISTA NO BRASIL: DA LUTA A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO.....	54
2.5 CARTILHA CAMINHO SUAVE: A REPRESENTAÇÃO REVERSA DA LUTA FEMINISTA NO BRASIL.....	58
CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS TECIDAS DAS MULHERES NA CARTILHA CAMINHO SUAVE	61
3.1 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	61
3.2 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO.....	64
3.3 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL E O CONCEITO DE GÊNERO.....	65
3.4 SER MULHER NAS PÁGINAS DA CARTILHA CAMINHO SUAVE.....	66
3.4.1 PAPÉIS MASCULINOS E PAPÉIS FEMININOS.....	73
3.5 QUASE DA FAMÍLIA: O BRANQUEAMENTO DA PERSONAGEM ZAZÁ.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

“Os livros davam-me segurança: falavam e nada dissimulavam; na minha ausência calavam-se. Abria-os e então eles diziam exatamente o que diziam.”
Simone de Beauvoir

Este estudo tem como objetivo analisar as mudanças e/ou permanências no lar ou fora dele, tanto no aspecto social, econômico e privado, das personagens femininas que compõem a Cartilha Caminho Suave publicadas nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 2000. Nossa pergunta geradora centra-se: Até que ponto a autora se viu afetada por tais mudanças, mais especificamente pelo movimento feminista com repercussão nas personagens e nas historinhas criadas por ela para compor a Cartilha Caminho Suave? Ou a autora manteve o posicionamento patriarcal até então desenvolvido em sua obra?

Para desenvolver as reflexões sobre que mudanças ocorreram ou permanências persistiam na obra de Branca Alves de Lima, a escolha do corpus da pesquisa recaiu nas Cartilhas publicadas entre as décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 2000, sem um recorte temporal específico. Ao todo, analiso 13 edições, visto que já havia pesquisado a cartilha em meu Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em História e, posteriormente, tal trabalho foi publicado em um livro pela editora Novas Edições em 2016, a convite da própria editora. Estes textos por mim elaborados, com a finalidade de identificar a representação social do papel da mulher, gênero, presente nas páginas da Cartilha Caminho Suave, utilizo basicamente o conceito de Representação Social elaborado por Serge Moscovici (1978, 2015) para analisar suas imagens e textos nos quais a mulher estava associada.

Maria do Rosário Longo Mortatti (2006; 2000; 2011) aborda em suas obras um panorama histórico e metodológico da história da alfabetização no Brasil, através dos manuais escolares. Maria Luiza Marcilio (2016) também corrobora na compreensão da História cultural da educação do Brasil em sua análise, buscando compreender a educação de dentro para fora, ou seja, a autora parte do cotidiano escolar. Gustavo Cunha de Araújo e Sônia Maria dos Santos (2008), em sua análise, buscam analisar a importância das imagens no material didático destinado à alfabetização na década de 1930. Eliane Peres, Mônica Maciel Vahl e Vânia Grim (2016) analisam os aspectos editoriais da cartilha na participação de programas específicos para o livro didático na esfera Federal.

Na presente dissertação, exponho meus entendimentos sobre a cartilha Caminho Suave, com base nas análises já realizadas do papel social da mulher em suas páginas, com a intenção de analisarmos as mudanças e permanências do feminino em suas páginas e das mulheres de modo geral, se de alguma maneira o comportamento social e familiar das mulheres modificou ao longo dos anos, influenciado pelos movimentos efervescentes principalmente entre as décadas de 80, 90 e 2000.

Sobre o branqueamento da personagem Zazá, que ocorre na edição da segunda série de 1985, é possível observar que nas edições da mesma série dos anos de 1978 e 1982 ela é uma mulher negra, sua imagem representada é caricata e estereotipada. Ana Célia da Silva (2005) enfatiza que a presença de estereótipos nos livros didáticos pode promover "a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto rejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado", podendo desencadear preconceitos em sala de aula e a inferiorização do aluno em relação ao outro. Para a análise do branqueamento da personagem Zazá, partimos da hipótese de que no período de efervescências dos movimentos sociais no país, que lutavam por direitos democráticos contra o regime instaurado pelos militares (1964-1985), o Movimento Negro renasce desempenhando um papel determinante, visto que o país estava em:

um período de certa forma instável politicamente, a criação de um movimento que reúne diversos grupos e organizações negras que passam a desempenhar um protagonismo incisivo, foi crucial para que se iniciassem algumas mudanças na estrutura da sociedade brasileira e para que as reivindicações por reparações históricas começassem a ser ouvidas. (Trindade; Miléo, 2022, p. 21).

Ou seja, o Movimento Negro passou a lutar e reivindicar uma educação para superação da opressão racial, especialmente representada nos materiais didáticos, buscando principalmente a alteração do currículo escolar e a forma como o negro era e é representado nele. (Trindade; Miléo, 2022, p. 21).

Idealizada por Branca Alves de Lima em 1948, a Cartilha Caminho Suave foi pioneira no método de ensino "Alfabetização pela Imagem", que, segundo a própria autora (1958, p. 3), consistia em relacionar a sílaba inicial de cada vocábulo com o desenho-chave. Ou seja, a criança visualizava a escrita e imediatamente associava

aos sinais gráficos que representavam a imagem do desenho a que estava vinculada, conforme a Figura 1.

Figura 1: B de Barriga



Fonte: Lima, 1958, p. 10

Estima-se que desde a sua primeira edição até a década de 1990, a cartilha vendeu aproximadamente 40 milhões de exemplares (Garcia, 2017). Além disso, foram comercializados materiais complementares à cartilha, tais como cartazes, carimbos e baralhos. Vale ressaltar que, durante o momento mais significativo de tiragem da cartilha Caminho Suave, o país suportava os efeitos do regime político autoritário (1964-1985), da Ditadura Civil Militar, dentre os quais o cerceamento da liberdade de expressão e a censura da imprensa se faziam presentes (Peres; Vahl; Thies, 2016). Visto que

A democracia estaria sob o controle do regime, ou seja, esta estaria sendo moldada pelo mesmo. Todas as interferências contrárias à constituição desta democracia de exceção seriam incondicionalmente extirpadas, segundo o Presidente Médici. O próprio ordenamento jurídico do país devia ser, segundo ele, constantemente modificado e corrigido para que o movimento de 1964 se institucionalizasse. (Rezende, 2013, p. 125).

Munakata (2005) destaca que a década de 1970 teve um aumento de profissionais especializados nas editoras para edição, diagramação, paginação, ilustração, pesquisa iconográfica, entre outras. Por fim, pode-se dizer que o livro didático é o “primo pobre da literatura e também o primo rico” (Campos, 2005, p. 30) das editoras, uma mercadoria com vantagens comerciais e ideológicas.

Atentar para essas relações é admitir que o formato desse elemento da cultura escolar não é natural e, por essa razão, desprovido de intencionalidades mercantilistas. Por esta via certamente não estarei incorrendo em erro ao afirmar que o livro escolar talvez seja a expressão menos visível, porque sutil, de que ter acesso a uma parcela de conhecimento, o escolar, também significou e tem significado distinguir-se

social e economicamente. Principalmente quando é garantido pelo Estado a um segmento populacional economicamente menos favorecido. (Corrêa, 2000, p.22-23).

Uma vez que os livros didáticos se faziam presentes em sala de aula, Rosa Lydia Teixeira Corrêa (2000) sublinha dois aspectos importantes sobre o livro didático. Primeiramente, ele é um material que corrobora as práticas educativas, junto a outras fontes escritas, orais e iconográficas. Em segundo lugar, ele é portador de valores predominantes e representações que demarcam um período específico da sociedade em que estão inseridos, tornando-se um veículo de ideologias.

Dessa forma, a imagem e o texto constituem uma maneira de ensinar ou transmitir conceitos e pré-conceitos sobre o mundo social, produzindo formas de pensar e agir na sociedade. Como destaca Sabat (2003, p. 150), "a construção de imagens que valorizam determinado tipo de comportamento, de estilo de vida ou pessoa, é uma forma de regulação social que reproduz padrões mais comumente aceitos em uma sociedade".

Percebemos que a representação do universo feminino presente nas páginas da Caminho Suave, que pauta todo seu enredo em torno da família, não é por acaso que na década de 1970 ela passa por uma reestruturação com a alteração na capa e a inclusão de cores nas ilustrações do interior do livro para torná-lo mais atraente para seu público (Peres; Vahl; Thies, 2016). Além disso, Chartier destaca (1990, p. 123) que

a leitura é a prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou de fazedores de livros: ela é uma "caça furtiva", no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta a uma leitura autorizada.

Tornando-se, portanto, um instrumento de grande relevância no processo educacional das crianças, um espaço onde as imagens e textos tornam-se referencial de modelo social no qual os papéis sociais femininos estão inseridos (Sabat, 2013).

Uma vez que os textos e as imagens produzem uma leitura na qual são direcionados, de alguma maneira o discurso não é neutro, pois destaca o pensamento de seus produtores/autores, mas ao mesmo tempo da sociedade. Indireta ou diretamente, estão impondo uma estratégia para legitimar valores e domínios que estão sempre colocados em concorrência ou competição, cujos desafios estão ligados

ao poder e à dominação, com relação ao papel destinado às mulheres na sociedade (Chartier, 1990).

Esse modelo, que na década de 1960 começou a ser questionado, foi um momento de consolidação da mulher como protagonista. Ela saiu do âmbito privado e passou para o público através da escolarização, do trabalho ou da militância política, incluindo o estudantil, onde a mulher tinha possibilidades de superar não só a alienação particular da sociedade capitalista, mas também a que lhe era imposta pela tradicional e histórica condição feminina (Faria, 1997), condição inserida na cartilha.

No Brasil, as mudanças vivenciadas na política e o surgimento de outros movimentos sociais no país levaram muitas mulheres engajadas com a causa feminista a discutir sobre a multiplicidade do papel social da mulher na sociedade brasileira, melhores condições de vida e uma participação efetiva dessas mulheres na política. Fazendo sentido a reivindicação fundamental da vivência feminina, para Cynthia Andersen Sarti (1988, p. 41).

Essa forma de participação das mulheres em movimentos de bairro tem como referência o mundo da reprodução – incluindo a família e suas condições de vida- que caracteriza a forma básica de identificação tradicional atribuída à mulher. É o referencial de sua existência o que se move politicamente.

Por esta razão a importância da Teoria da Representação Social que segundo Angela Arruda (2002, p. 129.) “a Teoria das Representações Sociais – TRS – operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade”, ou seja, existem duas formas de pensamento: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo, porque tem finalidades diferentes.

Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais não separa o sujeito e o seu saber concreto da sua totalidade, na qual a construção do saber não se desvincula da subjetividade, visto que, assim como "gênero é uma categoria relacional, na qual, ao se levar em conta os gêneros em presença, também se consideram as relações de poder, a importância da experiência, da subjetividade, do saber concreto" (Arruda, 2002, p. 133).

Pois "não se trata mais de lidar com os fatos sociais, mas de analisar como os fatos sociais" (Pollak, 1989), presentes nas páginas da cartilha, são representados, uma vez que apresentam principalmente o âmbito familiar. O cotidiano familiar foi

tomado como enredo das lições apreendidas pelos alunos, evidenciando o perfil da mulher que seria casada, mãe, dona de casa, professora, e como plano de fundo o universo do lar como cenas das experiências femininas. Os afazeres domésticos transformaram-se em narrativas nas ilustrações da cartilha Caminho Suave e as representações da mulher e do homem foram construídas, destacando o papel social de cada um deles na sociedade, enfatizando quais eram as responsabilidades e as obrigações das mulheres.

Alguns esclarecimentos são, desde já, necessários: em primeiro lugar, ao analisarmos o conjunto de fontes primárias, tais como os jornais escritos por mulheres, e os decretos/lei, optamos por transcrever os textos na versão original, visto que um dos objetivos era conhecer, pois alterações na pontuação, por exemplo, poderiam mudar o sentido pretendido pelos autores e autoras. Desta maneira, preservamos, durante a transcrição, a ortografia e a pontuação adotadas na época dos materiais supracitados.

Em segundo lugar, ao abordarmos as ondas do feminismo no Brasil, tendo como referência Constância Lima Duarte, que compreende o movimento feminista antes de ser um movimento articulado, organizado em grupos, visando a construção de igualdade de gênero, foi um projeto feminista iniciado individualmente para o coletivo ainda no século XIX. Foi o "momento em que as mulheres despertam do sono letárgico em que jaziam" (Duarte, 2003, p. 152) e publicam e organizam periódicos denunciando questões pertinentes ao mundo da mulher.

Em terceiro lugar, considerada um sucesso editorial e de vendas, a popularidade da Cartilha Caminho Suave perdura até os dias atuais, mesmo sendo retirada do catálogo do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, em 2002. Ainda é sucesso de vendas, tanto que a editora a transformou em selo Caminho Suave, que inclui literatura infantil, materiais didáticos, como o baralho Caminho Suave, livro de atividades e livros voltados às séries iniciais.¹ Presente na memória afetiva de uma parcela de brasileiros que foram alfabetizados por ela, a cartilha pode ser considerada um objeto da cultura da memória escolar. Isso porque ela transporta a pessoa para o tempo de sua infância, da convivência com pessoas e colegas de classe, dos professores e de seu método de suavizar o caminho no processo de alfabetização.

¹ Informações retiradas do site da Editora Edipro.

Outro ponto a se destacar é que, dentre todos os autores que norteiam teoricamente este trabalho, destacamos Margareth Rago (2003), Maria Izilda Mattos (1997), Mary Del Priore (1998; 1990; 2020) e Joan Scott (1995; 2005; 2019). A contribuição de Joan Scott é significativa, pois, além de ter explicado o termo gênero como uma categoria analítica, a autora também enfatiza que as feministas utilizam a análise de gênero em três categorias: a Teoria do patriarcado, na qual as feministas buscam explicar as desigualdades entre homens e mulheres com base nas relações sociais do patriarcado, bem como a subordinação da mulher e a dominação masculina.

A Teoria Marxista, por sua vez, é abordada pelas feministas marxistas de maneira mais histórica. Elas negam que as reproduções biológicas determinem a divisão do trabalho e enfatizam que os sistemas econômicos não determinam de forma direta as relações de gênero, argumentando que a subordinação da mulher é anterior ao capitalismo e continua no socialismo. Para Joan Scott (1995), o problema da Teoria Marxista é que ela coloca o conceito de gênero como um subproduto das estruturas econômicas, não possuindo um status analítico independente e próprio.

Sob o viés da Teoria Psicanalítica, as feministas estão preocupadas com o processo de criação da identidade do sujeito, concentrando suas análises na primeira infância para perceber como se dá esse processo.

As propostas de Joan Scott definem gênero em duas categorias: a primeira relaciona o gênero como um elemento que compõe as relações baseadas nas diferenças sociais entre os sexos, e a segunda configura o gênero como elemento primário nas relações de poder.

Outros autores que nortearam teoricamente minha pesquisa foram: Serge Moscovici (1978; 2015), Celso Pereira de Sá (2004), Denise Jodelet (2001; 2017), Angela Arruda (2002), Michael Gilly (2002). Principalmente a partir dos estudos do conceito de Representação Social, pelos quais os autores exploram o conceito para organizar a imagem e linguagem construídas através da interação social. Para Moscovici (2015), a representação social possibilita a compreensão das relações dos mundos sociais e individuais numa sociedade em constante transformação.

Para o desenvolvimento deste trabalho, também se tornou importante a contribuição de Laurence Bardin (2016) e a análise de conteúdo, que ela estrutura em três fases. A primeira é a pré-análise, que é a fase da organização da pesquisa propriamente dita. Nesta fase, o pesquisador trabalha para operacionalizar seu objeto

de análise, sistematizando suas ideias iniciais de forma aberta. A segunda é a exploração material, a fase de exploração do objeto de pesquisa, categorização, ou seja, a fase da análise propriamente dita, e o terceiro ponto é o tratamento dos resultados, interferências e interpretações. Os resultados ainda brutos são tratados e validados com o maior rigor na organização dos resultados obtidos na análise.

Considerando as diferentes fases da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), destacamos as dimensões da codificação, correspondendo a uma transformação efetuada, que consiste em lapidar os dados brutos da pesquisa. E a categorização, que é a operação de classificação do objeto de pesquisa. Ambos possibilitam e facilitam as interpretações e as interferências. Aqui, repousa nosso objeto de análise que desenvolvemos.

O corpus documental deste trabalho, além da cartilha Caminho Suave, compõe quatro conjuntos de fontes primárias específicas, a saber, os decretos e leis, jornais, diários oficiais e periódicos femininos.

O primeiro conjunto de fontes consultadas foram os Decretos e leis, disponíveis no site do governo Federal e do Ministério da Educação – MEC. Eles serviram como um guia para compreender as políticas para o livro didático no Brasil. Através desta análise foi possível compreender os mecanismos utilizados

para a participação das editoras em especial da Editora Caminho Suave Limitada nos programas do governo Federal para o livro didático.

Outro conjunto de fontes que faz parte do corpus documental deste trabalho são os Diários Oficiais da União - DOU dos períodos de 1973 a 1980, que continham o extrato e resumo dos contratos da aquisição do governo Federal da cartilha e do Estado de São Paulo de 1949. Isso traz a solicitação e, logo de imediato, a aprovação da participação da obra de Branca Alves de Lima no programa de aquisição do livro didático do referido estado. Durante a primeira leitura, encontramos no Jus Brasil e nos DOU, 84 referências à cartilha. Dessa seleção, optamos pelo período de maior triagem da cartilha.

Outro conjunto de fontes que integra o corpus documental deste trabalho são as reportagens relacionadas a Branca Alves de Lima e realizadas por ela nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, do período da década de 1980 e 1990. Estes mencionam o método criado por ela, nos direcionando a compreender toda a construção da obra através das entrevistas de Branca, visto que são poucas as informações sobre a vida dela. Outro ponto a destacar nas reportagens são as

memórias de afeto de quem estudou com ela, enfatizando o significado da cartilha em sua vida estudantil e a sua solidez até os dias atuais, onde é possível adquiri-la novas ou usadas.

O outro conjunto de fontes que agrega este trabalho são os jornais/periódicos femininos publicados nos séculos XIX e XX. Estes exerciam grande influência na propagação de informações e opiniões. Devido à sua circulação ser mais elevada que um livro e sua leitura possuir um caráter mais coletivo e ao mesmo tempo barato, os jornais tornaram-se uma poderosa ferramenta de circulação de ideias e valores sociais. Eles nos direcionam a entender os traços sociais, morais, políticos e éticos da sociedade em que estes estavam inseridos. E como as mulheres se organizaram, se articularam e se apropriaram destes para a propagação de suas ideias.

Por ser uma continuidade de pesquisa qualitativa documental, a metodologia utilizada é baseada na análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016), definida como um conjunto de técnicas de análise das documentações, tendo um método próprio. Nesta pesquisa, realizamos uma leitura flutuante, e através desta, criamos uma tabela de análise das imagens/textos que faziam referência ao feminino, em que constam as páginas, a classificação tal como: "mãe, esposa, dona de casa, empregada, menina, profissional", em cada item descrevíamos como esta estava representada, categorias estas criadas a partir da leitura. Compreende-se que na análise de conteúdo, o interesse não está na descrição dos conteúdos em si, mas sim no que estes mostram após serem tratados, analisados e tabulados.

O presente trabalho contempla os temas discutidos organizados na seguinte estrutura:

Capítulo 1 – O Livro, apresenta um breve histórico das Políticas Públicas para o Livro Didático no país, através da análise de leis e decretos para compreender a participação efetiva da cartilha no processo de aquisição e distribuição do livro didático. O capítulo apresenta também o material didático supracitado como objeto material da cultura escolar, uma vez que a cultura escolar evidencia a escola como um lugar do conhecimento sistematizado e na formação do pensamento, um lugar de manifestação de comportamentos e de tradições, presentes na memória de pessoas que se utilizaram dela para ensinar ou aprender através de suas representações iconográficas e textuais.

Capítulo 2 - Uma História Vista de Baixo: O Começo da Luta Feminina no Brasil, neste capítulo buscamos, num primeiro momento, através de jornais da

imprensa feminina, iniciada no século XIX, compreender a efervescência, suas ações, lutas e iniciativas para o protagonismo e atuação da mulher, estas saindo do mundo privado para a esfera pública. Ainda nesse capítulo abordamos a Cartilha Caminho Suave adentrando reversamente nas lutas e nas reivindicações feministas, apresentando ao leitor o mundo privado das mulheres.

Capítulo 3 - As Representações Sociais Tecidas das Mulheres na Cartilha Caminho Suave; no primeiro momento trazemos uma breve explicação da Teoria da Representação Social, na sequência a TRS e a importância de sua aplicabilidade na educação, bem como o conceito de Representação Social e de gênero e sua relevância para compreender as relações sociais e gênero presentes no objeto de análise. E por fim, a partir das considerações acima e das leituras realizadas, trazemos em nossa análise as mudanças e permanências do feminino presentes nas páginas da Cartilha Caminho Suave.

CAPÍTULO 1 - O LIVRO

“Os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas”.

Alain Choppin

Ao longo do século XX, o livro didático desempenhou um papel crucial no ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes. Mais do que um depositário do conhecimento sistematizado, o 'livro escolar tem um percurso e um tempo histórico próprio, cujos significados, sentido, evolução, representação e apropriação se documentam, compreendem, explicam e narram' (Magalhães, 2006, p. 14), exercendo múltiplas funções, denominadas por Choppin (2004) como:

- Função referencial: referência nos programas de ensino e das disciplinas;
- Função instrumental: impõe práticas e métodos de ensino-aprendizagem;
- Função ideológica e cultural: disseminador de ideologias e valores;
- Função documental: objeto de análise.

Cada uma dessas funções abre possibilidades de investigação em vários campos de conhecimento, como História, Sociologia, Antropologia, Pedagogia, linguística, entre outros. Desta forma, o livro didático pode ser considerado uma importante fonte de pesquisa para compreender como se constroem as representações sociais de uma sociedade. Pois as 'representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social' (Jodelet, 1997, p. 22), visto que a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem, e toda leitura a um ideal (Moscovici, 2003, p. 46). Como destacam Sonia Regina Miranda e Tania Regina Luca (2004, p.124),

O livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção se vincula a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leituras muito diversas.

Nesse contexto, Chartier (1992, p. 220) destaca que “é fundamental lembrar que nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até seu leitor”. Ou seja, o ato de ler é individual e único, visto que o leitor é

livre para atribuir sua compreensão e significados por meio de suas leituras, não sendo esses pré-determinados pelos autores.

Contudo, conforme Chartier (1992, p. 213) evidencia que “o leitor é sempre visto pelo autor (ou pelo crítico) como necessariamente sujeito a um único significado, a uma interpretação correta e a uma leitura autorizada”. Por exemplo, nos livros didáticos, onde suas leituras e discursos são pré-direcionados ao público-alvo, os estudantes, essas leituras orientam o olhar do aluno para uma única verdade. Chartier (1990, p. 123) enfatiza que:

Por um lado, a leitura é a prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou de fazedores de livros: ela é uma “caça furtiva”, no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada.

Nesse sentido, o livro didático "tem sido interrogado num esforço de desconstrução de discursos e imagens, criando possibilidades de discussão que permitem a compreensão de sua historicidade" (Fonseca, 1999, p. 203). No entanto, Cardoso e Vainfas (1997) apontam que, ao analisar textos na pesquisa histórica, o documento sempre é portador de algum discurso, que não pode ser visto como algo transparente, único e certo. Ao analisar o documento, devemos ficar atentos ao modo como é apresentado o conteúdo que pretende ser estudado, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias; ou seja, o documento foi escrito por alguém, com interesses de uma determinada parcela da sociedade.

Neste capítulo, percorre-se a história do livro didático enquanto política pública e da Cartilha Caminho Suave, para compreender o processo de aquisição e distribuição. Para tal, organizamos o capítulo conforme o processo e a elaboração do material didático, enquanto componente de uma política Pública.

Sob o subtítulo A cartilha Caminho Suave, buscamos descrever o processo de criação e sua autora. Na sequência, abordamos a Cartilha Caminho Suave como componente de uma Política Pública e sua participação nos Programas para o Livro Didático, até ser efetivamente retirada. Analisamos também a Cartilha Caminho Suave como objeto material da cultura escolar.

1.1 O LIVRO DIDÁTICO COMO COMPONENTE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Com o Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, iniciaram-se os primeiros passos para a organização de publicações de livros no país, com a criação do Instituto Nacional do Livro - INL, cujo objetivo era editar obras raras, organizar o dicionário da Língua Nacional e incentivar a organização de bibliotecas públicas em todo o território brasileiro. Para concretizar esses objetivos, foram criadas três seções técnicas no Instituto Nacional do Livro – INL, denominadas como "Seção da Enciclopédia e do Dicionário", "Seção das Publicações" e "Seção das Bibliotecas" (Mazzi, Shio, 2021, p. 90), cada uma com seus respectivos consultores técnicos.

Em 1938, estabeleceu-se efetivamente uma Política Pública do Livro Didático, constituída pelo Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Para os efeitos dessa lei, conforme seu artigo 2º, eram considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe. Compêndios eram livros que expunham total ou parcialmente o conteúdo, a matéria das disciplinas do programa escolar. Livros de leituras de classe eram utilizados para leitura em sala de aula.

Neste mesmo decreto, criou-se também a Comissão Nacional do Livro Didático, que, segundo o

Art. 9º. Fica instituída, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático.

§ 1º. A Comissão Nacional do Livro Didático se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, das quais duas especializadas em metodologia das línguas, três especializadas em metodologia das ciências e duas especializadas em metodologias das técnicas.

Ou seja, a diversidade de projetos políticos e culturais reservados para a educação mostra que ela teve (tem) um lugar privilegiado na construção da formação da nacionalidade e na propagação de discursos. O Ministério da Educação e Saúde assumiram a tarefa de não descuidar do controle do material didático utilizado pelos alunos (Miranda e Luca, 2004, p. 124). Visto que tinha por função mais o controle político e ideológico do que propriamente uma função didática, o livro didático era uma peça fundamental para propagar ideais, valores e ideologias.

Em 1945, pelo Decreto-Lei nº. 8.460 de 26 de dezembro, consolidou-se a legislação da produção, importação e utilização do livro didático nas salas de aula em

todo o território brasileiro. Segundo o artigo 3º, as datas eram fixadas pelo Ministério da Educação e Saúde. Os livros didáticos que não tivessem prévia autorização não poderiam ser adotados nas escolas em todo o território nacional.

Estabelecendo no artigo 4º deste mesmo decreto-lei, destacou-se que os livros didáticos editados com recursos do poder público não estavam isentos da autorização do Ministério da Educação e Saúde para serem adotados no ensino primário, normal, profissional e secundário.

Ainda neste mesmo decreto, a Comissão Nacional do Livro Didático teve seu número ampliado para 15 membros, todos indicados pelo Presidente da República, aumentando seu controle político ideológico sobre as produções didáticas brasileiras e até mesmo na indicação de livros estrangeiros com valor notável para a comunidade escolar brasileira.

Em 1966, um acordo entre o Ministério da Educação – MEC e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional - USAID permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático – COLTED. Com o decreto nº 58.653, de 16 de junho, ficou estabelecido que a atribuição de gerir e aplicar os recursos destinados ao financiamento do material didático e a realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso, ficou a cargo do Conselho do Livro Técnico e Didático – COLTED. Ao Ministério da Educação e Cultura – MEC e ao Sindicato Nacional dos Editores de Livros – SNEL, caberiam apenas responsabilidades de edição dos órgãos técnicos da USAID exerceriam todo o controle técnico” (Baldissera, 1993, p. 16), desde a sua edição, ilustração, elaboração e distribuição.

O Decreto nº. 9.355, de 4 de outubro de 1966, realizou alguns ajustes revogando o Decreto anterior, estabelecendo que ao Ministério da Educação e Cultura - MEC e à Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático - COLTED, cabia ao Estado orientar e incentivar a livre concorrência das editoras. O objetivo era melhorar a qualidade dos livros didáticos, baratear o custo de produção do material didático, além de manter um órgão específico responsável pelo planejamento e execução de programas destinados à expansão desse tipo de material. Este decreto consistiu em

Art. 1º Fica instituída, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, a edição o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos.

O acordo permitiu a distribuição gratuita de aproximadamente 51 milhões de livros didáticos em todo o território brasileiro ao longo de três anos, com a continuidade do programa financiada por verbas públicas (FREITAG, MOTTA; COSTA, 1987). Pela Lei nº. 5.327 de 02 de outubro de 1967, o novo órgão criado foi a Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME, cuja administração era composta por um Conselho Técnico Consultivo, formado por três membros designados pelo ministro, e pelo Diretor Executivo, representante do Ministério da Educação e Cultura - MEC; além do Conselho Fiscal, composto por dois membros do MEC e um contador indicado pelo Conselho Técnico Consultivo, e uma Diretoria encarregada de administrar o órgão e elaborar o plano e orçamento. Com o Decreto nº. 62.411 de 15 de março de 1968, a Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME passou a ser responsável pela produção e distribuição, a preço de custo, do livro didático, facilitando sua aquisição e uso em todo o território brasileiro.

Com a Portaria nº 35 de 11 de março de 1970, determinou-se que os recursos do Instituto Nacional do Livro - INL deveriam ser integralmente aplicados em regime de coedição com editoras nacionais, seguindo os seguintes critérios: apenas editoras legalmente estabelecidas no Brasil poderiam participar; o INL poderia firmar contratos com uma ou mais editoras; as editoras interessadas deveriam submeter suas obras inéditas para análise ao INL, que poderia aceitar ou não; obtendo parecer favorável, os editores deveriam encaminhar ao INL os dados referentes aos custos da edição, direitos autorais e fixação do preço final da obra; prazo de 180 dias a contar da assinatura do contrato para a publicação; o INL adquiriria um quinto da edição, mantendo o sistema de coedição.

Dessa forma, priorizava-se autores nacionais na participação no sistema de coedição. Em 1971, o Instituto Nacional do Livro – INL, criou o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental – PLIDEF, passando a gerenciar, nesse momento, a administração e os recursos financeiros antes a cargo da COLTED, segundo o Decreto nº. 38.728 de 09 de junho de 1971.

Pelo Decreto nº 77.107 de 04 de fevereiro de 1976, a FENAME passou por modificações em que define, nos artigos 1º e 2º que as distribuições e edições antes realizadas pelo Instituto Nacional do Livro - INL, passariam sob responsabilidade da Fundação Nacional do Material Didático – FENAME, e os recursos financeiros antes destinados ao Programa de Colaboração Financeira para Edição de Livros Textos, fossem transferidos para a FENAME a quem competirá movimentá-los, atendidas as

diretrizes fixadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Ou seja, a FENAME tornou-se a responsável pela execução e gerenciamento da Política do Livro Didático, levando a um aumento da tiragem e distribuição dos livros para o território brasileiro, possibilitando um mercado mais seguro para as editoras nacionais. Com essa norma, o Estado, além de censor oficial, era também o financiador dos livros didáticos.

Em 1983, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, absorvendo programas antes gerenciados pela FENAME e pelo PLIDEF, órgãos vinculados ao MEC. Em 1984 chega ao fim o sistema de coedição, passando o MEC a ser comprador dos livros das editoras participantes, bem como a inclusão de séries do Ensino Fundamental, não contempladas anteriormente pelos programas em execução.

Em 1985, com o Decreto nº 91.542 de 19 de agosto, criou-se o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, que vigora até os dias de hoje, com algumas modificações, no qual trouxe mudanças significativas para a Política do Livro Didático brasileiro, propondo a participação efetiva dos professores na escolha do material didático a ser utilizado nas salas de aula, a reutilização dos livros didáticos, ou seja, os livros didáticos passaram a ser não consumíveis, a execução do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, pela FAE, entre outras mudanças.

Em 1992, a distribuição dos livros didáticos foi comprometida pelas limitações orçamentárias, restringindo a ampliação da distribuição do material didático e limitando sua entrega até a 4ª série do Ensino Fundamental. Em 1993, com a Resolução CD Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nº. 6 de julho, estabeleceu fluxo de verbas regulares para aquisição e distribuição dos livros didáticos para os alunos das escolas públicas brasileiras. Entre 1993 e 1994, foram definidos os critérios para avaliação do material didático a ser distribuído, com a publicação “Definições de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos”, que consistia em

um trabalho de importantes consequências por subsidiar os sistemas de ensino e seus professores, com critérios iniciais para a verificação crítica dos livros a serem escolhidos, bem como a montagem do seu próprio processo de avaliação; por incentivar outras formas de análise; por apontar caminhos aos autores e ao setor editorial; por concretizar o ideal sempre defendido pela atual gestão do MEC, da incorporação, nos projetos educacionais, da prática da parceria, do que resulta um empreendimento sempre mais enriquecido. Educação para todos, com qualidade, exige professores bem preparados.

Desempenho de qualidade dos professores exige livro-texto "inteligente" para seus alunos. (FAE/MEC – Unesco, 1994, p. 8).

Sendo um auxiliar para os professores na escolha da coleção ou livro a ser adotado por eles. Em 1995, retorna gradativamente a universalização da distribuição do livro didático para o Ensino Fundamental, contemplando primeiramente as disciplinas de Matemática e Português, no ano seguinte Ciências e em 1997 História e Geografia.

Em 1997, com a extinção da FAE, a responsabilidade da Política do Livro Didático para a execução do PNLD foi transferida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e o MEC passa a adquirir de maneira continuada os livros didáticos de alfabetização, Português, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, História e Geografia para alunos de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental da rede pública.

Em 2000, foi inserido junto ao PNLD a distribuição gratuita de dicionários da língua portuguesa para alunos de 1ª a 4ª série. Em 2001, o PNLD iniciou a distribuição gratuita de livros didáticos em braile para alunos com deficiência visual inseridos no ensino regular das escolas públicas brasileiras e, subsequentemente, livros didáticos em libras.

Em 2002, o PNLD ampliou a distribuição de dicionários da língua portuguesa para alunos de 5ª e 6ª série, expandindo gradativamente sua distribuição para todos os alunos do Ensino Fundamental. Entre os anos de 2003 a 2007, o PNLD teve sua ampliação na distribuição do material didático em todo o território brasileiro, abrangendo os alunos do Ensino Médio e os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Sendo ambos amparados pela Resolução CD FUNDE nº. 38 de 15 de outubro de 2003, que instituiu o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLEM, e em 2007 com a publicação da Resolução CD FUNDE nº 18 de 24 de abril, foi regulamentado o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA.

Em 2011, o PNLD amplia sua distribuição atendendo as escolas do Campo, a partir da Resolução nº 40 de 26 de julho. Segundo a Resolução, o PNLD Campo tinha por objetivo fornecer às escolas públicas de ensino fundamental materiais para as classes multisseriadas ou turmas do 1º ao 5º ano em escolas do campo, com os livros didáticos específicos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático Campo – PNLD Campo.

Em 2012, o PNLD lança um edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Ensino Médio e pela primeira vez permitiria a disponibilização dos materiais digitais, juntos com os livros didáticos.

Com o Decreto nº. 9.099 de 18 de julho de 2017, houve algumas mudanças no programa que, segundo o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, abrange a avaliação e disponibilização de obras didáticas e literárias para compor os acervos das bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, materiais de apoio à prática educativa. E ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos.

Desta forma, o processo de avaliação sofreu mudanças consideráveis desde a sua instituição até os dias atuais. Não podemos negar que, a cada Resolução, Decreto e Portaria, houve ampliações do programa com mais investimentos financeiros do setor público para distribuição do material didático em todo o território brasileiro. No entanto, é importante ressaltar que tais ampliações ocorreram sempre com o objetivo de manter o controle censor do governo sobre as obras didáticas a serem avaliadas e encaminhadas para a escolha, conforme destaca Eloisa de Mattos Höfling (2000, p. 164):

No processo decisório relativo a essa política pública, o Estado tem como parceiros representantes do setor privado, inserindo nessas esferas de decisão mecanismos de mercado no mínimo discutíveis quando da definição de gastos de recursos públicos. É impossível supor a ausência de tais grupos editoriais nos rumos do PNLD, uma vez que o MEC não é produtor de obras didáticas. Mas o que é significativo para a discussão é a compra de milhões de livros didáticos, pelo Estado, de um número reduzido de editores, situação que vem se confirmando por um longo período.

Circe Bittencourt (1993) ressalta que o livro didático são uma mercadoria, um produto que obedece aos processos de edição, diagramação e comercialização concernente ao interesse do mercado, ou seja, o próprio Estado, sendo portador de ideologias e valores de uma cultura. Em complemento, Munakata (2005) enfatiza que o livro didático atua como mediador entre as práticas políticas e culturais, ponto importante para a manutenção de discursos de uma sociedade, e como mercadoria o livro didático precisa se adaptar a demanda do mercado.

Para Chartier (2010), a cultura escrita é uma pedra fundamental para a história das representações, pois ela vincula os escritos e as imagens, permitindo criar

categorias mentais socialmente diferenciadas.

Sendo assim o “papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado”. (Bittencourt, 2009, p. 73). Sendo assim o livro didático enquanto componente de uma Política Pública é um portador de ideologias autorizadas.

1.2 CARTILHA CAMINHO SUAWE

Encorajada por seus parentes, Branca Alves de Lima buscou oportunidades entre as editoras para publicar sua cartilha. No entanto, deparou-se com o desinteresse delas em publicá-la. Com apenas 20 mil cruzeiros, decidiu publicar 5 mil exemplares, dos quais distribuiu mil como propaganda para divulgação. Posteriormente, imprimiu mais 5 mil exemplares, tendo sua primeira edição em 1948, perdurando até os dias atuais.

Branca Alves de Lima não apenas foi autora, mas também educadora, empreendedora e divulgadora de sua cartilha em todo o território brasileiro. Muitos recordam com saudosismo as lições aprendidas em suas páginas. Na coluna *Educação e Adequação* do Jornal O Estado de São Paulo, em 19 de fevereiro de 2017, o colunista Demi Getschko enfatiza que coisas simples ficam na memória. Ele relata: "Fui alfabetizado com a Caminho Suave, cartilha que fazia sucesso em 1959. Até hoje lembro de memória cada associação de letras. Desde o A de abelha, o B de barriga de bebê até o Z de zambumba". Para Getschko (2017, p. B15), a "cartilha sabia a forma certa de atingir seus objetivos".

Os objetivos de Branca Alves de Lima estão descritos no prefácio *Aos professores da Caminho Suave – Alfabetização pela Imagem* de 1958 e 1967. Na apresentação aos professores, Branca Alves de Lima enfatiza a metodologia e aplicabilidade de seu método, explicando por que ele é eficaz no ensino-aprendizagem das crianças. Destacamos três pontos da autora: a importância da escolha do método no processo de ensino-aprendizagem da criança; o processo da alfabetização pela imagem, método criado por ela, baseado em sua experiência docente; e a eficácia de seu método no ensino-aprendizagem, permitindo que qualquer criança aprenda com ele, sendo a professora um suporte e guia nesse processo.

Segundo Mírian Warttusch e José Alex Trajado dos Santos (2022, p. 347), o nome Caminho Suave foi escolhido por Branca Alves de Lima, pois ela acreditava que o "ato de estudar e aprender era um caminho suave e florido em direção à felicidade e que deveria ser trilhado por todos". Com o sucesso de vendas em 24 de agosto de 1966, Branca Alves de Lima fundou a sua própria editora denominada Editora Caminho Suave Limitada.

Acompanhando a lógica mercadológica e as políticas públicas para o Livro Didático, a cartilha Caminho Suave passa por reformulações nas décadas de 1970 e 1980. Tais mudanças são perceptíveis nas cartilhas analisadas, como a Caminho Suave – Alfabetização pela Imagem – (1958, 1967, 1978, 1981, 1982). O tamanho e o guia *Aos professores*, não se fazem presentes nas primeiras páginas das cartilhas, sendo substituídos pelo Manual aos professores. As ilustrações ganharam cores nas edições da década de 1978 e algumas modificações foram feitas em suas lições. No material da década de 1980, foram incluídos exercícios extras. Os exemplares da Cartilha Caminho Suave 2ª (1978 – 1985) e 3ª (1978 – 1985) séries, ao compararmos com a edição de 1985, já trazem na capa a indicação “livro renovado e não consumível”, seguindo as orientações da Política do Livro Didático. Além disso, algumas lições e atividades foram retiradas nesses exemplares.

Com o sucesso alcançado pela cartilha, Branca Alves de Lima concedeu uma entrevista à jornalista Mariana Teixeira de Mello, do Jornal Folha de São Paulo, em 18 de setembro de 1983, explicando como se deu a criação de seu método.

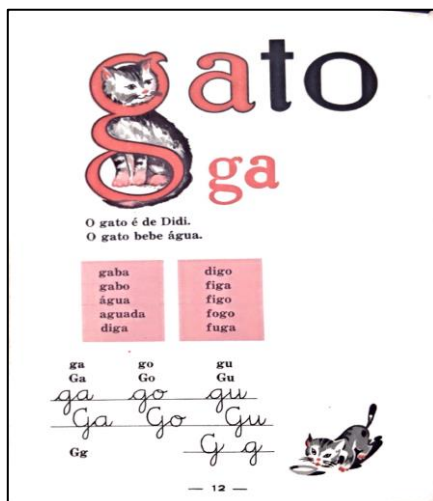
O sucesso do “Caminho Suave” é encarado pela autora como o resultado de um trabalho nascido exclusivamente de sua experiência como professora. “Lecionei em escola da zona rural, urbana e suburbana do Estado de São Paulo e em classes de repetentes, conta. A cartilha nasceu do trabalho nas salas de aula, tentando superar as dificuldades do aprendizado, procurando nas ilustrações alguma semelhança com o fonema usado”. Defensora do método eclético, Branca Alves de Lima recorda que falharam todas as tentativas feitas para implantar o método analítico global trazido para o Brasil em 1911 pela americana Miss Browne e tornando obrigatório para o Estado de São Paulo pelo então Secretário Oscar Thompson. “O método vigorou durante 21 anos, com resultados negativos. Em 1945 uma lei federal desenvolveu aos professores a liberdade didática”. “A Aliança para o Progresso” firmada entre os Estados Unidos e o Brasil de 1957 a 64 tentou reviver o método global” – prossegue a professora Branca, “Há professores que adotam e defende o método, mas contínuo com o meu “Caminho Suave” Inalterado, a não ser por algumas pequenas modificações nas atividades. Uma cartilha que está há 34 anos no mercado sem perder lugar, deve ter alguma coisa de bom”.

A autora do best-seller enfatiza que não renunciou ao seu método mesmo quando as políticas intervencionistas entre os Estados Unidos e Brasil estavam reacendendo a opção pelo método global. "Ela não deixaria o seu método, que está há 34 anos no mercado, sem perder lugar" (Mello, 1983, p. 16).

Em outra entrevista concedida ao Jornal da Folha de São Paulo, em 17 de abril de 1990, intitulada *Após 40 anos, Caminho Suave ainda vende 750 mil exemplares*, Branca Alves de Lima igualmente destaca a proposta de seu método, que estava relacionada à sua prática docente com os alunos do interior da zona rural e na periferia de São Paulo. Branca enfatiza que as crianças apresentavam dificuldades no processo de alfabetização, como o método da época, que iniciava do todo, da frase, para sílabas e letras. Vendo essa dificuldade, criou o seu método, que denominou alfabetização pela imagem. Ou seja, a alfabetização era feita através da associação de imagens a palavras-chave, sílabas e letras, agregando a letra à imagem, por exemplo, o "g" ao rabo do gato.

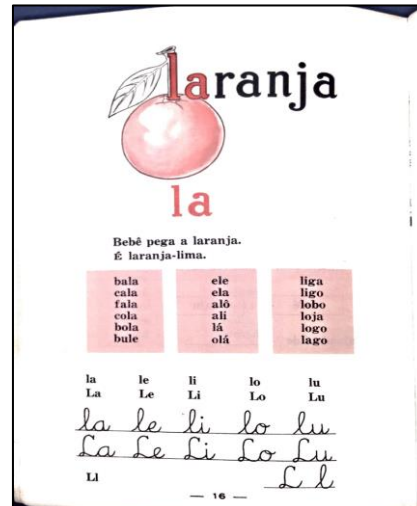
Destacamos dois momentos na fala da autora: o primeiro em que ela era colecionadora de cartilhas e o segundo o processo de criação de seu método pela imagem, no qual seus alunos participavam na confecção dos cartazes à mão.

Figura 2: G de Gato



Fonte: Lima, 1981, p. 12

Figura 3: Letra L



Fonte: Lima, 1981, p. 16

Conforme ilustram as figuras 2 e 3, essa associação da imagem a palavras-chave, sílabas e letras corrobora o que Branca Lima evidenciou em sua entrevista, ou seja, o processo de alfabetização pela imagem era eficaz.

Em 1997, Branca Alves de Lima, aos 87 anos, concedeu uma entrevista ao jornalista Fernando Rossetti do Jornal Folha de São Paulo, ressaltando o processo de concepção de seu método. A autora afirmou que surgiu de uma observação em seus cartazes, começou a desenhar em cima dos cartazes e ao falar "vejam o 'g', se parece com um gato", percebi que a criança associava a letra à imagem e esquecia menos. Em sua fala, é evidente que a criação da sua cartilha estava estritamente relacionada com sua prática pedagógica.

Em 1996, o Ministério da Educação – MEC anunciou uma lista de livros didáticos vetados no catálogo da Fundação de Assistência ao Estudante - FAE por conterem erros, e a Cartilha Caminho Suave da 1ª a 4ª série estava entre os excluídos (O Estado de São Paulo, 1996, p. A18).

Em 2002, a Cartilha Caminho Suave deixou de ser avaliada pelo MEC, pelo PNLD, e em 31 de dezembro de 2008, a Editora Caminho Suave Limitada fechou as portas, demonstrando claramente que o livro didático é uma mercadoria e precisa se adequar às mudanças.

1.3 CARTILHA CAMINHO SUAVE ENQUANTO COMPONENTE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Nas edições analisadas, podemos afirmar que a Cartilha Caminho Suave participou ativamente dos Programas para o Livro Didático, tanto na esfera Federal quanto estadual, principalmente do Estado de São Paulo.

Um ano após o lançamento da cartilha, Branca Alves de Lima solicitou a inclusão da Cartilha Caminho Suave na relação dos livros a serem adotados pelo Estado de São Paulo, como podemos verificar no Diário Oficial de São Paulo de 06 de fevereiro de 1949, com o despacho do processo nº. 53/49, p.8. No Diário Oficial de São Paulo de 12 de fevereiro de 1949, a Cartilha Caminho Suave aparece na "Relação dos livros de Leitura Diária autorizados para o ano de 1949 - Autor". Os dados levantados no Diário Oficial do Estado de São Paulo das décadas de 1949, 1960, 1970 mostram que a cartilha se manteve na relação de livros autorizados pelo Estado até 1980. Podemos deduzir que a aprovação pelo Departamento de Educação quase de imediato em 1949 colaborou para a aceitação dos professores desse estado, como reafirma a publicação do Periódico "Letras da Província: Publicação Mensal das Casas de Cultura de Limeira e Jaú", oficializadas pela Associação Brasileira de

Escritores de São Paulo (SP). Em sua edição de número 127 – 128, p. 8 de 1959, destaca que:

CAMINHO SUAVE – Está na sua 29ª. Edição a cartilha CAMINHO SUAVE (Alfabetização pela Imagem), de autoria de Branca Alves de Lima, que é um livrinho muito bem feito e que se recomenda pelos ótimos resultados que êle obtêm os professores de primeiro ano primário. Recomendamo-la aos professores que por venturam ainda não o conheçam, certos de que resolverão, sobretudo os novos professores primários, o problema de uma alfabetização suave, rápida e eficiente.

Reafirmando os dizeres da autora, de que o método dela proporcionava um caminho suave para a alfabetização e conhecimento das letras, contribuindo para a expansão da cartilha em todo o território brasileiro, conforme podemos perceber na edição de 1958, onde na folha de rosto está escrito em sua 21ª edição. “Aprovado pela Comissão Nacional do Livro Didático. Pareceres nº. 398 e 431 de 1948”. Cabe dizer que a Cartilha participou de dois Programas do Governo Federal, conforme vistos na cartilha 1973, 1º Livro de leitura, aparece a descrição “10ª edição reestruturada e que foi editada em convênio com Instituto Nacional do Livro – INL,” “O preço deste livro só se tornou possível devido a participação do INL/MEC que, em regime de coedição, permitiu o aumento da tiragem com a conseqüente redução do custo industrial.” – (figura 4).

Figura 4: Cartilha Caminho Suave - Capa e folha de rosto 1973



Fonte: Cartilha Caminho Suave, 1973

Conforme dados levantados no Diário Oficial da União, dos anos 1973, 1975 e 1976 é possível ver o resumo do contrato entre o Ministério da Educação e Cultura com a editora Caminho Suave, no diário de 1973 (dezembro, p. 13712) vemos no resumo de Contrato

Resumo de contrato efetuado entre o Ministério da Educação e Cultura através do Instituto Nacional do Livro e a Editora Caminho Suave Limitada, com a finalidade de publicar, em coedição, as obras com as tiragens e preços relacionadas em anexo, devendo as mesmas serem entregues até 15 de dezembro de 1973 e terem (s) preço(s) afixado(s) na quarta capa, ficando prevista como despesa total do INL para a coedição. Indicada, o montante deCr\$ 762.601.20 (setecentos e sessenta e dois mil e um cruzeiros e vinte centavos), conforme Empenho nº. 286, de 10 de outubro de 1973, ficando ainda deferida a multa de restituição em dobro da importância recebida, caso a Editora não cumpra o Contrato. As partes contratantes ficaram de posse dos termos completos do contrato e respectivos anexos, que foram assinados em a 19 de outubro de 1973, por Maria Alice Barroso, pela INL, por Srª. Branca Alves de Lima, pela Editora e pelas testemunhas Cosete Ramos e Ernesto Garrido Netto.

No Diário Oficial da União de 24 de setembro de 1975 (p.12762) percebemos um aumento na tiragem da cartilha, conforme:

Resumo do contrato efetuado entre o Ministério da Educação e Cultura através do Instituto Nacional do Livro e a Editora Caminho Suave Limitada, com a finalidade de jubilar a co-edição de 900.000 livros acompanhados de manuais do professor, cada 30(trinta) livros, sendo 656.4430 [?] a tiragem da Editora e 244.550 a tiragem do INL, devendo os mesmos ser entregues até 20 de outubro de 1975 e ter preço afixado na quarta capa, ficando previsto como despesa total do INL, para a co -edição indicada , o montante de Cr\$2.010.912.05 (dois milhões, dez mil, novecentos e doze cruzeiros e cinco centavos) conforme empenho nº. 8[?]075, de 22-06-75, ficando ainda definida ainda a multa de restituição em dobro da importância recebida, caso a Editora não cumpra o contrato. As partes contratantes ficaram de poses dos termos completos do contrato e respectivos anexos que foram assinados a 04-09-75 pelo Sr. Constantino Koracakis, pelo INL, por Branca Alves de Lima, pela Editora e pelas testemunhas Maria Lucia Simões Assunção e Hernesto Garrido Netto.
Empenho nº 72

Reafirmando o dado levantado na reportagem do Jornal Folha de São Paulo de 1990, que na década de 1970 a Cartilha bateu recorde de vendas, onde foram editados dois milhões de exemplares e que a sua colaboração no mercado editorial era de 0,4%.

No Diário Oficial da União de 01 de outubro de 1976 (p.13121) temos o contrato fechado com a FENAME.

Resumo de contrato

Nº. 7-76

Resumo de contrato efetuado entre o Ministério da Educação e Cultura, através da Fundação Nacional de Material Escolar e a Editora Caminho Suave Ltda., com a finalidade de publicar a co-edição de 770.00 livros acompanhados de manuais do professor, calculados na base de 1 (um) para a cada 20 (vinte) livros, sendo 700.118, a tiragem da Contratada e 69.882 tiragem da FENAME, devendo os mesmos ser entregues até 30 de setembro de 1976 e ter o (s) preço (s) afixado (s) na quarta capa, ficando a despesa total daFENAME, para co-edição indicada o montante de Cr\$ 960.718.70 (novecentos e sessenta mil, setecentos e dezoito cruzeiros e setenta centavos), conforme empenho nº. 1276- PLD de 6 de agosto de 1976, ficando ainda definida a multa de restituição em dobro da importância recebida, caso a Contratada não cumpra o contrato.

As partes contratantes ficaram de posse dos termos completos do contrato e respectivos anexo que foram assinado a 16 de agosto de 1976 pelo Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio, pela FENAME, por Branca Alves de Lima, pela Contratada e pelas testemunhas Vasco Alves Lima Souza Filho e Ernesto Garrido Netto.

(Emp. Nº. 1092 – FENAME)

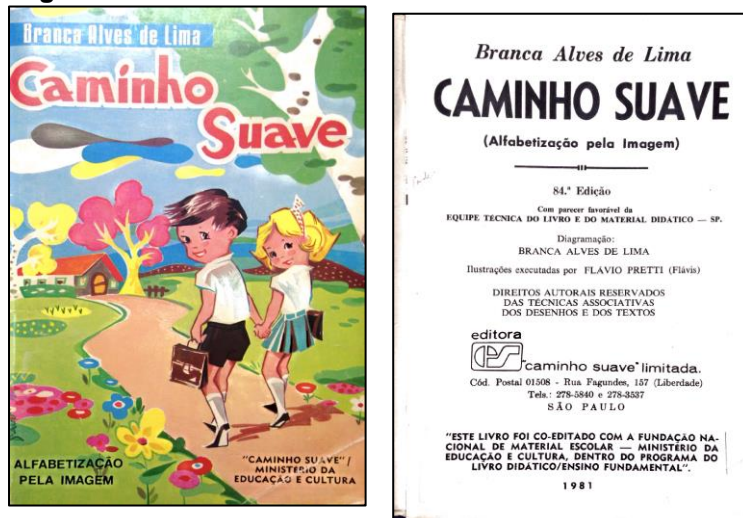
No contrato firmado entre a Editora Caminhos Suave Limitada e FENAME na década de 1980, percebemos aumento da tiragem dos livros da Cartilha Caminho Suave, que chegou a dois milhões, quatrocentos setenta e sete mil cento e vinte três livros.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DLD/PLIDEF nº 010/80, celebrado entre a Fundação Nacional de Material Escolar - FENAME e a Editora "Caminho Suave", tendo por objeto a co-edição de 2.477.123 livros e manuais do professor, destinando-se a FENAME 1.362.427 exemplares, ficando prevista a importância de CR\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de cruzeiros) como despesa total da FENAME, a conta do Programa do Livro Didático Ensino Fundamental - PLIDEF, conforme empenho nº 0667 de 19.06.80. As partes contratantes ficaram de posse dos termos completos do contrato, assinado em 19.06.80 por Milton Durco Pereira, pela FENAME, e por Branca Alves de Lima, pela Editora. (DOU, 1980, p. 24868).

Nas edições dos anos 1978, 1981 e 1982, as cartilhas foram coeditadas em parceria com a Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME, dentro do Programa do Livro Didático para Ensino Fundamental – PLIDEF. Na 84ª edição de 1981, da cartilha "Alfabetização pela Imagem", aparece descrito que “Comparecer favorável da equipe técnica do livro e do material didático - SP” e sistema de coedição, o valor do exemplar e a informação. A seguir, na figura 5, capa e contracapa da Cartilha Caminho.

Figura 5: Cartilha Caminha Suave 1981



Fonte: Cartilha Caminho Suave, 1981

Desde a sua primeira edição em 1948, a cartilha Caminho Suave participou ativamente nos programas para Livros Didáticos, tanto na esfera estadual quanto federal. Desse modo, podemos afirmar que Branca Alves de Lima não foi apenas a autora e idealizadora da cartilha, mas também uma empresária visionária e participante ativa nos programas, até a sua retirada.

Nas palavras de Choppin (2002, p.6), "os livros didáticos são também mercadorias perecíveis, perdem todo o valor de mercado assim que uma mudança nos métodos ou nos programas fixam sua prescrição ou, ainda, quando fatos atuais impõem-lhe modificações". Essas mudanças ocorreram na educação brasileira com a adoção do método construtivista. Apesar de ter saído de circulação como integrante de um Programa para o Livro Didático, a cartilha Caminho Suave ainda é vendida pela Editora Edipro até hoje.

1.4 A CARTILHA CAMINHO SUAVE COMO OBJETO MATERIAL DA CULTURA ESCOLAR

Dominique Julia Souza (2001, p. 10) define cultura escolar como:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas.

Desse modo, as práticas e as normas constituem a cultura escolar. No entanto, segundo Dominique Julia Souza (2001), elas não podem ser vistas

separadamente uma da outra e devem levar em conta o corpo profissional existente no ambiente escolar. Esse corpo profissional possui a prática e, ao mesmo tempo, deve obedecer às normas estabelecidas, utilizando dispositivos pedagógicos, como o livro didático, encarregados de facilitar a aplicação e a transmissão do saber. Nesse sentido, "o manual não é apenas um elemento material das ferramentas dos professores, mas a representação de toda uma forma de conceber e praticar o ensino" (Benito, 2009, p. 170).

Dessa forma, a cartilha Caminho Suave, como objeto material utilizada por um longo período no Brasil, está incutida na cultura escolar. A cartilha está vinculada à memória na qual se consolidam os programas em que se "materializou a cultura escolar de cada época, as imagens e os valores dominantes na sociedade que produz e utiliza os textos e os modos de comunicação e apropriação dos conteúdos" (Benito, 2009, p. 172).

Em complemento, Munakata (2016, p. 121) destaca que "o livro didático é, em primeiro lugar, o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar", um depositário da memória escolar na medida em que, segundo Benito (2009), compreende três pontos:

- O livro didático como suporte curricular, o conhecimento acadêmico sistematizado para as instituições educativas;
- O livro didático como espaço de memória, enquanto espelho da sociedade, representa os valores e ideologias da sociedade em questão;
- O livro didático como modo e processo de comunicação pedagógica, onde as estratégias didáticas, entrelaçadas com a prática, são utilizadas pelos professores.

Nesse sentido, a cartilha Caminho Suave é um espaço de memória dos métodos de ensino-aprendizagem, especialmente o método de Alfabetização pela Imagem, e da memória representativa dos valores sociais da sociedade construída em suas páginas.

Constituindo como um veículo importante da consolidação e transmissão de representações, como destaca Chervel (1990, p. 204):

As exigências intrínsecas de uma matéria ensinada nem sempre se acomodam numa evolução gradual e contínua, A história das disciplinas se dá frequentemente por alternância de patamares e de mudanças importantes, até mesmo de profundas agitações. Quando uma nova vulgata toma o lugar

da precedente, um período da estabilidade se instala, que será apenas perturbado, também ele, pelas inevitáveis variações. Os períodos de estabilidade são separados pelos períodos "transitórios", ou de "crise", em que a doutrina ensinada é submetida a turbulências. O antigo sistema ainda continua lá, ao mesmo tempo em que o novo se instaura: períodos de maior diversidade, onde o antigo e o novo coabitam, em proporções variáveis. Mas pouco a pouco, um manual mais audacioso, ou mais sistemático, ou mais simples do que os outros, destaca-se do conjunto, fixa os "novos métodos", ganha gradualmente os setores mais recuados do território, e se impõe. é a ele que doravante se imita, é ao redor dele que se constitui a nova vulgata.

Um exemplo a cartilha Caminho Suave, que em suas capas, mesmo com as mudanças remete duas crianças caminhando tendo seu destino a escola, representando que a caminhada escolar será suave. O material supracitado possui dois livros a cartilha em Alfabetização pela imagem, e os livros da 2ª série, 3ª. série e 4ª. série para o ensino-aprendizagem do aluno e o 1º Livro de Leitura que seu enredo inicial gira em torno da família dos personagens principais da cartilha, Fábio, Didi e o bebê², são personagens apresentados no início volume de cada edição da cartilha, estes fazem parte do enredo que visa a contação das histórias em torno das narrativas que constituem com o cotidiano com fundo moral familiar, uma vez que as cartilhas podem contribuir para analisar as mudanças e permanências que ocorreram na representação dos textos, imagens, e por sua vez um reflexo das transformações curriculares ocorridas na época. (Benito, 2009).

A cartilha Caminho Suave não traz apenas os indícios da alfabetização brasileira; ela representa a memória da cultura escolar e a consolidação dos pensamentos de uma sociedade por meio de suas representações em textos e imagens. Ao mesmo tempo, evoca a memória afetiva das pessoas que foram alfabetizadas por ela, levando-nos a entender e compreender por que sua presença permanece tão marcante ainda hoje. Mesmo com as mudanças nos métodos de ensino na alfabetização, a cartilha continua relevante, pois para muitos pais ela suaviza o processo de ensino-aprendizagem, e estes transferem essa percepção para seus filhos e netos.

² Branca Alves de Lima, em sua cartilha, conforme destacado por Mírian Wartusch e José Alex Trajano dos Santos (2022, p. 50), ressalta que os personagens apresentados são figuras significativas em sua vida. Por exemplo, Fábio é uma homenagem ao sobrinho-neto de seu irmão Álvaro, pelo qual ela nutria grande simpatia pelo nome. Já Didi é uma reverência à sua cunhada Edith, enquanto Hugo, o nome do bebê, é uma homenagem ao primeiro ilustrador da cartilha.

CAPÍTULO 2 - UMA HISTÓRIA VISTA DE BAIXO: O COMEÇO DA LUTA FEMININA NO BRASIL

“Linda é a mulher e o seu canto, ambos guardados no luar. Seus sonhos doces de pranto - quem os pudera enxugar [...] A mulher do canto lindo ajuda o mundo a sonhar, com o canto que a vai matando, ai! E morrerá de cantar”.
Cecília Meireles

A desigualdade entre homens e mulheres sempre esteve presente na sociedade, "não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie" (Miguel, 2014, p. 14). Colocando homens e mulheres em lados contrários, aos homens atribuíam-se a virilidade, racionalidade, o senso crítico, o provedor do lar, enquanto às mulheres o oposto: frágeis, emotivas, maternais, esposas, inexperientes para atuarem fora do ambiente privado. Assim, por muito tempo, foi negada às mulheres a sua atuação na esfera pública, incluindo o acesso à educação formal. As mulheres tornaram-se herdeiras de "um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso" (Priore, 1998, p. 59). Para elas, apenas um destino traçado: o casamento.

Mary Del Priore, em sua tese de doutorado intitulada "*Ao sul do corpo: educação feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*", centra sua reflexão no processo de normatização do papel da mulher, através dos discursos da Igreja e dos médicos no Brasil Colônia. A valorização do casamento era vista como um mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamento, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhes apenas e lentamente o papel de mãe devotada e recolhida, não abrindo outras possibilidades, a não ser o mundo privado. A mulher era vista como um ser inferior, fútil, dependente, não tendo autonomia para discernir e participar da configuração política e social.

As palavras de Michelle Perrot em seu livro "*Mulheres públicas*" (1998) ressaltam as contribuições significativas das mulheres do século XIX, especialmente na França, buscando compreender como se dão as diferenças entre os sexos no espaço público e o lugar que as mulheres ocupam nesses espaços. Ela destaca que "o lugar das mulheres no espaço público está sempre deslocado. Prende-se a percepção da mulher a uma ideia de desordem. Selvagem, instintiva, mais sensível do que racional, ela incomoda e ameaça" (1998, p. 8). O mundo privado era o seu lugar.

Flávia Biroli, em "*Feminismo e Política*" (2014), em especial no capítulo dois "O público e o privado", enfatiza como as determinações sociais em relação ao público e ao privado atuam negativamente na vida das mulheres e como essas questões se conflitam com algumas teóricas feministas, mostrando como a divisão sexual do trabalho foi organizada.

A autora sublinha que:

Somam-se, a essa percepção, estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos. (2014, p. 21).

Mary Wollstonecraft (2016), precursora do feminismo, em sua obra célebre "*Reivindicação do Direito das Mulheres*", considerada um documento fundador do feminismo do século XVIII, percebeu como homens e mulheres eram tratados no tocante à educação, bem como da aceitação de mulheres de classes sociais distintas, passando a defender uma educação livre, igualitária e autônoma.

A bandeira levantada pela primeira fase do feminismo incluía a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades (Miguel, 2014). No que tange à educação, uma grande parcela de mulheres encontrava-se afastada dos bancos escolares, e aquelas que tinham acesso à educação contavam com um currículo diferenciado em relação ao dos homens, bem como meninos e meninas não frequentavam o mesmo espaço escolar.

Virginia Woolf, em sua obra "*Um Teto Todo Seu*" (2021), aborda os espaços "proibidos" às mulheres no século XIX, como a biblioteca universitária, destacando que:

[...], mas eis-me de fato à porta que leva para a própria biblioteca. Devo tê-la aberto, já que, num instante, como um anjo guardião impedindo o caminho com o esvoaçar de um traje preto em lugar de asas brancas, um cavalheiro desaprovador, prateado e gentil, lamentou em voz baixa, à medida que me dispensava com um gesto, que só se admitiam damas na biblioteca se acompanhadas por um estudante da universidade ou munidas de uma carta de apresentação. (2021, p. 17).

Simone de Beauvoir, em sua obra clássica "*O Segundo Sexo*", publicada em 1949, fez uma observação relevante: "ninguém nasce mulher: torna-se mulher." (Beauvoir, 2016, p. 11).

Neste capítulo, abordaremos as ondas feministas no Brasil, tomando como base teórica, para dividir os movimentos feministas, a pesquisadora brasileira Constância Lima Duarte (2003), em seu artigo intitulado "Feminismo e Literatura no Brasil". Ela destaca que a literatura, a imprensa e a consciência feminina surgiram nas primeiras décadas do século XIX, quando algumas poucas mulheres tiveram acesso ao letramento. Elas imediatamente se apropriaram da leitura, da escrita e da crítica da condição feminina, propiciando o surgimento de escritos reflexivos, engajados e reivindicatórios sobre a condição da mulher.

Para implementarmos a discussão sobre questões pertinentes ao feminismo, o capítulo seguirá as ondas estabelecidas pela pesquisadora Constância Lima Duarte, que define o feminismo como toda forma, gesto, ação que resulte em "protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual ou coletiva." (Duarte, 2003, p. 152). Esses momentos/ondas iniciados ainda no século XIX retratam uma movimentação tímida, mas que aos poucos ganhou força e visibilidade, possível de ser percebida em nossa análise por meio dos periódicos, entrelaçados "indiretamente" na história da cartilha *Caminho Suave* nos períodos de maior triagem desta, nas décadas de 70, 80 e 90.

Sob o subtítulo "*Cartilha Caminho Suave: a Representação Reversa da Luta Feminista no Brasil*", buscamos analisar o caminho reverso ao definido pelo movimento feminista apresentado em suas páginas, no que concerne à representação social dos papéis femininos.

2.1 A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA NO BRASIL: SIM SOMOS IGUAIS, O DIREITO À EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA

No Brasil, a primeira onda do pensamento feminista surge no século XIX, caracterizando-se pela luta pelos direitos civis, especialmente a educação formal para todas as mulheres. Uma parcela delas mantinha-se afastada dos bancos escolares, e o currículo destinado à aprendizagem diferenciava-se dos meninos, conforme a Lei de 15 de outubro de 1827. Essa lei, em seus artigos 11 e 12, definia que haveria escolas para meninas nas cidades e vilas com índice populacional elevado, sendo a

implementação desses estabelecimentos de ensino julgada necessária pelos presidentes do conselho. Além disso, a escolha das professoras para essas meninas deveria ser indicada pelos presidentes do conselho, exigindo que fossem brasileiras de estimada reputação e que tivessem passado em exame. Os conteúdos, a serem estudados por essas meninas estavam relacionados à vivência doméstica, abrangendo apenas o conhecimento básico das quatro operações de matemática.

Apesar disso, essa lei dava ao Presidente de Conselhos a avaliação sobre a necessidade de abrir escolas para meninas, ao mesmo tempo que restringia o acesso à educação. Os conteúdos visavam à formação para os cuidados do lar, limitando-se à mulher apenas o conhecimento básico. Constância Lima Duarte (2003, p. 153) destaca que

foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram opinião corrente que dizia que a mulher não necessitava saber ler nem escrever.

Entre essas mulheres estava Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810 – 1885), "pseudônimo adotado pela nordestina Dionísia Gonçalves Pinto (PRIORE, 2020, p. 105), "autora de importantes títulos sobre a mulher, professora e fundadora de colégios para meninas, que muito contribuiu para o avanço da educação igualitária feminina em nosso país" (Duarte, 2010, p.12), além de forte defensora dos negros e indígenas. Em sua obra célebre "Direitos das mulheres e injustiça dos homens", publicada em 1832, Nísia Floresta reivindica justamente a igualdade de direitos e educação entre homens e mulheres.

Constância Lima Duarte (2003) ressalta que se cada homem fosse obrigado a falar sobre o que pensa das mulheres, todos declararariam que elas nasceram para o seu uso, e que a sua função seria meramente a procriação, a educação dos filhos, o cuidado da casa, o servir e obedecer a eles. Para os homens o lugar da mulher já estava estabelecido e que elas eram propriedades deles.

Joan Scott (2005) enfatiza que a igualdade é um princípio, um ato de escolha. Não é eliminação da diferença ou da ausência, mas do reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou levá-la em consideração. Ou seja, a igualdade requer um ato de escolha, uma decisão, pelo qual algumas diferenças são minimizadas ou simplesmente ignoradas e outras são maximizadas e postas a desenvolver.

Nísia Floresta levantou a bandeira da igualdade, pois "o progresso social de uma nação depende do grau de emancipação feminina e do lugar reservado às mulheres" (Duarte, 2010, p. 19). Segundo Mary Wollstonecraft (2016) em sua obra "*Reivindicações aos direitos das mulheres*", quando destaca a mulher na França e na Inglaterra, com relação às suas feições, modéstia, delicadeza, a vida doméstica, evidencia que na luta pelos direitos das mulheres, a autora deixa claro que sem educação o progresso e a virtude seriam interrompidos, e que a mulher não estaria preparada para a sociedade.

Seguindo esses pensamentos, o *Jornal da Senhora*, de 01 de janeiro de 1852, em seu editorial para "*As nossas assignantes*" enfatiza que:

Ora! não pude ser. A sociedade do Rio de Janeiro principalmente, Corte e Capital do Imperio, Metropoli do sul d' America, acolhera de certo com satisfação e sympatkia O JORNAL DAS SENHORAS redigido por uma Senhora mesma: por uma americana que, senão possui talentos, pelo menos tem a vontade e o desejo de propagar illustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher.

Joanna Paula Manso de Noronha, enfatiza a vontade e o desejo de contribuir para o desenvolvimento social e igualitário das mulheres, buscando alertá-las para as suas capacidades como mulher. No entanto, é importante notar que o jornal também ressaltava que o papel principal da mulher era "amar e agradar aos homens", colocando o interesse da família acima de tudo (Telles, 2009, p. 41, 42). Mesmo assim, não deixava de abordar as lutas pelas desigualdades de gênero presentes na sociedade patriarcal da época em que estava inserido. Outro jornal feminino de destaque foi. *Bello Sexo - Periódico Religioso, de instrução e Recreio, Noticioso e Critico moderado -Redigido por Várias Senhoras*, dirigido por Julia d'Albuquerque Sandy Aguiar, tinha por missão e ousadia apresentar para o público feminino que ela era:

... a primeira que conheço o acanhamento de minha intelligencia é instrução, e por isso a ousadia que tomo em apresentar em publico esta folha, que por força será imperfeita em todos os lugares por onde a minha pobre penna tem de marcar o meu pensamento; mas eu só tenho em mente obrigar o meu sexo a vir a imprensa concorrer com o seu contingente para o progresso social, para esse grande bem publico, e assim lazer com que se desenvolvão grandes intelligencias, grandes capacidades, grandes genios que existem no meu sexo, olhados com pia indiferença, abandonados pelos homens de letras, esquecidos pela fraqueza de sua constituição propria. (...) A vida privada sera para esta folha um sanctuario sagrado. Trabalho, coragem

dentro dos limites da moral de pura excência é a conclusão deste programa. (Bello Sexo, 1862, p. 1).

Julia d'Albuquerque Sandy Aguiar apresenta o jornal como uma ousadia de sua parte, reconhecendo que poderia ter falhas. Seu principal objetivo era mostrar à sociedade as necessidades básicas para melhorar as condições sociais de todos, especialmente das mulheres. Ela ressalta que a vida privada seria respeitada. Apesar disso, ambas as editoras dos jornais reconhecem suas falhas, mantendo esse alinhamento da mídia impressa feminina com a sociedade. A cada edição, deixavam claro a importância da educação para as mulheres, pois

“Fallamos da necessidade de preparar um melhor futuro para as mulheres, pelos seus proprios recursos, utilizando tanto quanto for possível as bellas faculdades que Deos lhes concedeu. Não vemos perigo algum em que se ampliem os conhecimentos das mulheres, dando-se-lhes uma educação mais uniforme e adequada á Índole "do bello sexo; e se a sociedade que a cerca de cortejos e de atensões facticias se compenetrar dessa verdade, teremos dado um passo nobre e altamente reclamado pelas leis naturaes. (Bello Sexo, 1862, nº. 2, p. 1).

Mesmo as mulheres possuindo as mais “Belas faculdades” que lhe foram concedidas por Deus, o conhecimento, a educação não fariam mal, visto que ampliaria as qualidades destas, evidenciando a luta pelo acesso à educação formal para as mulheres.

Nesse primeiro momento as mulheres concentram suas ações através das publicações em periódicos, livros, jornais para reivindicarem a igualdade e de acesso à educação.

2.2 A SEGUNDA ONDA FEMINISTA NO BRASIL: O SONHADO VOTO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Segundo Constância Lima Duarte (2003), a segunda onda do feminismo surgiu por volta de 1870, destacando-se pela ampliação de jornais e revistas voltados para o público feminino, sendo considerado um período mais jornalístico do que literário.

Dentre tantos que surgiram, o jornal " *Sexo feminino - Semanario Dedicado aos Interesses da Mulher*", dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Muniz e diversas colaboradoras, foi sem dúvida um dos periódicos mais avançados para a

época, pois falava diretamente para a mulher, instigando-as a tomar consciência de sua identidade e de seus direitos (Telles, 2017), enfatizando que:

O século XIX, seculo das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais de metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa, grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns individuos menos delicados ousão atirar a face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!!

Em vez de paes de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc.,etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura (ao menos a nacional e portugueza), a philosophia, a historia, a geographia, a physka, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa; que estas meninas assim educadas não dirão quando moças estas tristes palavras:

« Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!! » (Sexo Feminino, 07 de setembro de 1873, p. 1).

Percebemos, com esta citação, o princípio da igualdade para mulheres se fundamentando no discurso reivindicatório direcionado às mulheres e seus pais. Afirmava-se que somente a educação poderia libertá-las da ignorância velada de seus direitos, proporcionando independência, uma profissão e elevando seu status como mulher.

Com a Proclamação da República e a transferência da capital para o Rio de Janeiro, houve um aumento no ativismo feminista. O Jornal *O Sexo Feminino*, passa a chamar *Quinze de Novembro do Sexo Feminino - Periodico Quinzenal, Literario, Recreativo e Noticioso- especialmente aos interesses da mulher*, tendo como redatora proprietária Francisca Senhorinha da Motta Diniz e colaboradoras, suas filhas e diversas senhoras, tendo o mesmo objetivo, a defender com mais ênfase os direitos das mulheres na educação e ao voto:

Em resumo, desejamos que a mulher tenha plena consciencia do que vale e do que pode valer pela sua plastica, tanto como pela sua belleza moral o esplendor de seu genio. Desejamos que os Senhores do sexo forte saibam que so nos podem mandar, em suas leis, subir; ao Cadafalso, mesmo pelas idéas políticas que tivermos, como já o fizeram as desditosas R laa, Charlotte Cordave tantas outras, tambem nos devem a justiça de igual dade de direitos, tocante ao direito de votar e o de sermos votadas. O verbo eloqüente da palavra na tribuna parlamentar não nos deve ser negado em direito. Não devemos continuar, formalmente os intimamos a respresentarem-nos mutiladas na nossa personalidade moral e mental, o direito de votar é partilha da humanidade pois é o dom da palavra, e a mulher é humana... Nós as Brasileiras, Italianas, Francezas e mais senhoras de diversas nacionalidades não pedimos o direito de votar com a restrição com que o fizeram as senhoras

inglesas, mas com o direito de cidadãs republicanas, em um país generoso e maravilhosamente reconhecido como o primeiro do mundo em liberaes ideas, em desprendimento de preconceitos retrogrados e de egoísmo. Pedimos um direito que não foi (nunca) reclamado por isso acha-se esquecido, mas não riscado da lei natural. Lembrem-se que a mulher deve subir á tribuna e advogar sua causa, isto é, a causa direito, da justiça e da humanidade, lembrando – se que ella como mãi representa a santidade do amor infinito. (QUINZE DE NOVEMBRO DO SEXO FEMININO, 06 de abril de 1890, p. 2).

É importante destacar neste trecho que o papel de mãe santificada é mencionado para reivindicar a equiparação dos direitos que foram negados enquanto mulher. Esta deveria advogar em prol de suas lutas, em votar, e não ficar esperando os homens reconhecerem seus direitos e falarem por elas. Em outro artigo, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, publicado em 30 de setembro de 1890, retoma o tema e questiona, “Sabemos que o direito de voto dado ao homem é fundado somente sobre a maioria, 2. a personalidade, 3. sobre a fortuna, isto é este em alguns logares” (Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 30 de setembro de 1890, p. 1), e porque a mulher não pode votar, visto que:

Ora, si a mulher possui ou póde possuir todos estes predicados, com que fundamento poderão excluir do direito de votar e de ser votada a mulher? Não é visível que semelhante exclusão outra cousa não atesta mais do que uma injustiça, um desaccordo ou incoherencia da parte dos senhores do sexo forte. (Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 30 de setembro de 1890, p. 1).

Se nada há de diferente porque exclui-las de votar e ser votada? Visto que no Decreto nº 6 de 19 novembro de 1889, enfatiza que “Art. 1º Consideram-se eleitores, para as camaras geraes, provinciaes e municipaes, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e politicos, que souberem ler e escrever,” e a mulher era (é) uma cidadã que deveria exercer seus direitos, contudo tal decreto não especificava a mulher mais sim cidadãos no masculino.

Essas e muitas outras questões eram levantadas nas reportagens dos jornais da época por exemplo no Jornal *Echo das Damas* de 1875, dirigido por Amélia Carolina da Silva Couto e companhia, que defendia a igualdade de direitos das mulheres à educação e ao voto, divulgavam realizações feministas realizadas em outros países, para que a mulher brasileira se inspirasse e lutasse pelo seu lugar na sociedade. Em 04 de janeiro de 1888, por exemplo, na sessão “A mulher Inglesa nos cargos públicos”, encontra-se um relato da participação das mulheres nas repartições públicas dos correios e como as mulheres desempenhavam suas funções com

maestrina.

Foi no anno 1870 que o governo inglez poz em pratica a idéia de utilizar os serviços da mulher nas repartições do estado o ordenou que se fizesse o primeiro ensaio n'este sentido:- 700 moças foram empregadas nas repartições do correio quando se estabeleceu o serviço telegraphico, e desde então tem continuado a desempenhar admiravelmente a manipulação dos aparelhos electricos e o serviço geral das repartições.

Outros jornais como o *Jornal das Damas*, o jornal *O Domingo*, *A Família* surgiram, com abordagens sobre a maternidade, vida doméstica, o cuidado do lar, poemas, literaturas, folhetim, receitas entre outros, sem deixar de lado as reivindicações “traziam artigos clamando pelo ensino superior e trabalho remunerado. Divulgavam idéias novíssimas como a dependência econômica [...] o progresso do país depende de suas mulheres (Duarte, 2003, p. 157), e o direito ao voto da mulher. No entanto, o direito ao voto da mulher, era visto como uma utopia, considerando os primeiros anos da década de 1870, o número de eleitores era baixo, mesmo entre a maioria dos homens era um direito a ser conquistado, pois para estes votarem existia uma renda mínima e um certo grau de escolarização. As leis brasileiras não explicitavam a proibição do direito ao voto da mulher, uma vez que todos eram cidadãos, mais o título era concedido somente aos homens.

O editorial do jornal *A família* de 06 de julho de 1889, intitulado *As mulheres e a eleição*, Josephina Álvares de Azevedo resume seus argumentos sobre o direito ao voto e a inserção na política, enfatiza que:

O direito de voto das mulheres é uma necessidade latente, de que ha muito recente se não só o nosso, como muitos outros paizes. Alguma nação deverá ser a primeira a inciar-se nesse grande melhoramento; porque não será o Brazil? O Dr. Lopes Trovão, propõe-se a pugnar pelo direito eleitoral da mulher. E seu programma combater para que possamos ter uma parte directa nos destinos do paiz. Porque não envidaremos todos os esforços, para que possa esse cavalheiro realisar uma tão justa quão util aspiração de dar-nos o verdadeiro lugar que nos cabe na sociedade? O que nos custa? Pouco, muito pouco. Assim como ao homem é dado cabalar, para que saia victoriosa a columna politica que adoptou com fé religiosa, por nossa vez tambem devemos cabalar, para attingirmos ao desideratum da nossa iniciação nos grandes empreendimentos politicos. Desde que se aos offerece tão propicia occasião, para que deixal -a escapar-se? A mulher tambem tem os seus direitos a defender; e mesmo fora do lar domestico, tem um vasto campo que lhe tem sido vedado até hoje; portanto, com algum esforço, poderemos chegar a gozar das regalias que nos elevarão um pouco acima do ponto em que estamos collocadas.

A cabala, pois!

Os argumentos apresentados por Josephina Álvares de Azevedo merecem destaque em alguns pontos. Primeiramente, com relação ao voto feminino, ela o considera uma necessidade que, até então, permanecia obscurecida, e destaca a importância de algum país, incluindo o Brasil, dar o primeiro passo para efetivar a garantia do voto feminino. Outro ponto de destaque apresentado pela autora enfatiza que a mulher tem o direito de se defender fora do mundo privado, no lar. Em outro editorial, Josephina Álvares de Azevedo afirma que “nas sociedades modernas, em que a democracia tem solapado as bases do feudalismo extinto, o direito de voto é a primeira e mais elevada afirmação da supremacia do individuo” (A Família, 1889, p.1).

Além da luta pelo direito ao voto, a imprensa feminina na época em questão lutava pela inserção das mulheres na educação de nível superior. Azevedo considerava que as mulheres compunham uma parte importante na sociedade e que estavam submetidas às leis, assim como os homens, não podendo ficar ausentes diante das decisões do governo, conforme destacado por Prado e Franco (2018, p. 211), bem como em relação aos direitos.

Segundo Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco (2018), destacam que a imprensa feminina da época propiciou para as mulheres a frequência às escolas elementares a partir de 1827 e à educação superior a partir de 1875, devido às pautas defendidas nesses periódicos. Acrescentam que a formação intelectual seria a porta de entrada para seus direitos políticos. Sem a educação, a mulher não conseguiria exercer o seu direito de cidadã, como votar e ter sua profissão. Nesse sentido, a revista *A mensageira* de 15 de outubro de 1897, apesar de longínqua merece destaque pois

A mulher brasileira conhece que pode querer mais, do que até aqui tem querido; que pode fazer mais, do que até aqui tem feito. Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros, atados por preconceitos e que julgam toda a liberdade de acção prejudicial á mulher na família, que é a bem da propria familia, principalmente d'ela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e de apoio seguro de uma educação bem feita. Os povos mais fortes, mais praticos, mais activos, e mais felizes são aquelles onde a mulher não figura como mero objecto de ornamento; em que são guiadas para as vicissitndes da vida com uma profissão que ampare num dia de lucta, e uma boa dose de noções e conhecimentos solidos que lhe aperfeiçõem as qualidades moraes. Uma mãe instruida, disciplinada bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestruetivelmente, no espirito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos. Parece-me que são esses elementos de progresso e de paz para as nações.

É exatamente nesse período que foi possibilitado à mulher frequentar o nível superior, com o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Constância Lima Duarte (2003) enfatiza que o idealismo e o entusiasmo que moviam a imprensa feminina criaram uma rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, pois era um instrumento de conscientização feminina. Os jornais e as revistas tornaram-se um canal de expressão literária antes sufocado.

Cabe destacar que, embora os periódicos exercessem a função informativa, reivindicatória, conscientizadora e de apoio, essas lutas e questionamentos compartilhados através destes, a mulher deveria lutar sim pelos seus direitos, como o acesso à educação, por exemplo, sem desvincular do seu destino o casamento.

2.3 A TERCEIRA ONDA FEMINISTA NO BRASIL: SOMOS CIDADÃS!

O início do século XX marcou uma movimentação inédita e mais organizada das mulheres, retomando a bandeira da luta pelo voto, pelo curso superior e pela inserção no mercado de trabalho. Raquel Soihet (2018) destaca que, ao lado das mulheres pobres, que sempre estiveram inseridas no trabalho fora de casa, as mulheres da classe média e alta também passaram a buscar sua entrada no mercado de trabalho remunerado. O acesso pleno à educação de qualidade, o direito ao voto e ser votada foram considerados essenciais para alcançar esses objetivos. No entanto, houve uma demora maior do que o esperado, visto que as discussões na Assembleia Constituinte de 1891 resultaram na rejeição do direito da mulher ao voto e de ser votada. Muitos na sociedade acreditavam que a mulher não deveria ocupar o espaço público devido à sua fragilidade, sendo seu lugar reservado ao espaço privado, o lar.

Inconformadas com a negativa da aprovação do direito de votar e ser votada pela Constituinte, um grupo de mulheres se reuniu e fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino – PRF. Céli Regina Jardim Pinto (2003) destaca que o partido político era composto por pessoas que não tinham direitos políticos e cuja atuação seria fora da ordem estabelecida, visando chegar ao poder por meio das eleições. Um dos principais objetivos dessas mulheres com a criação do partido não estava apenas relacionado ao voto, mas sim à emancipação e independência feminina, atribuindo à mulher qualidades para exercer a cidadania no mundo da política (o patriotismo) e no trabalho, indo além nas suas reivindicações por direitos.

A luta para desempenhar as funções desejadas pelas mulheres não parou. Justamente nesse ambiente feminista, Bertha Maria Júlia Lutz retornou da Sorbonne em 1918, onde concluiu seus estudos, e ingressou por concurso público como bióloga no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro. Sua nomeação abriu caminhos para outras mulheres, uma vez que os obstáculos que a sociedade colocava para dificultar o acesso da mulher ao exercício de atividades públicas foram derrubados (Lôbo, 2010, p. 29).

Bertha Maria Júlia Lutz, em sua proposta para a educação e trabalho das mulheres, aponta que ambos eram vias de acesso para a emancipação feminina, e que a educação abriria as portas da sociedade para um reconhecimento da potencialidade feminina. A formação profissional libertaria a mulher da dependência masculina, além de educar os pensamentos, prejudicados pela educação limitante recebida pelas mulheres (Lino, 1986, p. 52). Ao lado de suas companheiras, ela fundou em 1919 a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher – LEIM, que permitiu às mulheres de classe média e alta se reunirem para discutirem assuntos pertinentes à emancipação feminina e igualdade de direitos políticos para mulheres (Lino, 1986).

Na década de 1920, marcada por efervescências e conflitos da Velha República, surgiram movimentos que expressavam o descontentamento, como a Semana da Arte Moderna, Revolta Tenentista, Revolta do Forte de Copacabana, Criação do Partido Comunista do Brasil, Coluna Prestes, e o crescimento do movimento feminista no Brasil (Fausto, 2018). Esses movimentos estavam insatisfeitos com o rumo da República em relação à estagnação da economia, à corrupção eleitoral vigente na época, entre outros (Priore; Venancio, 2016). Raquel Soihet (2000, p. 101) ressalta que estavam "postulando um governo realmente representativo, mas também no que tange ao terreno das ideias, do comportamento dos valores". Dentro dessas ebulições de ideias, o Movimento Feminista buscou o reconhecimento de seus direitos.

O grande impulso para o Movimento Feminista Brasileiro ocorreu em 1922, quando Bertha Lutz viajou para os Estados Unidos como representante brasileira para a I Conferência Pan-Americana de Mulheres realizada em Baltimore. Através dessa conferência, ela entrou em contato com movimentos internacionais sufragistas que forneceram apoio e divulgaram técnicas de organização (Lino, 1986, p. 57). Neste mesmo ano, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF, cujos objetivos estavam centrados em promover a educação para elevação do nível de

instrução, escolha de uma profissão, obter garantias legislativas, inserção no mercado de trabalho, assegurar direitos políticos prescritos na Constituição, sem esquecer o lado maternal (Souza, 2010, p. 69-70).

Céli Regina Jardim Pinto (2003, p. 26) destaca que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino "era um feminismo bem comportado, na medida em que agia no limite da pressão interclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais".

A luta pelo voto feminino não ficou centrada apenas na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF. Houve diversas tentativas de mulheres se alistarem como eleitoras e candidatas. Destacam-se duas mulheres: Elvira Komel, a primeira mulher mineira eleitora, formada em direito, abriu o primeiro escritório de advocacia em Belo Horizonte, criou o Batalhão Feminino de João Pessoa durante a Revolução de 1930, lutando contra a oligarquia dominante na época; e Júlia Alves Barbosa, a primeira mulher eleita pela Câmara Municipal de Natal, onde defendeu seus direitos como cidadã (Pinto, 2003, p. 26-27).

A luta pelo direito ao voto feminino chegou ao fim em 1932, com o Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, incluindo a mulher no direito de votar e ser votada, conforme garantido pela Constituição de 1934. Segundo Carolina Calixto e Viviane Gouvêa (2020, p. 241), o “acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, direito à creche para mulheres que trabalhavam, assistência ao menor, campanhas pela paz” foram outras pautas levantadas pela FBPF.

Após a conquista do voto feminino, a luta das mulheres ganhou outros enfoques, como a proteção à maternidade, às crianças e ao trabalho feminino. Bertha Lutz elaborou o Estatuto da Mulher em 1937, com algumas dessas reivindicações, como maior tempo de licença gravidez e direito igual à licença para as mulheres na ocasião de aborto, além de outras mudanças.

Em contrapartida, após o golpe de Estado de Getúlio Vargas em 1937, denominado de Estado Novo, que restringiu a liberdade democrática, fechou o Congresso Nacional, extinguiu os partidos políticos e os Poderes Legislativos nas três esferas, o governo utilizou-se da mídia para a propagação de seus discursos, como rádios e cartilhas, especialmente a Revista Fon-Fon, que se tornou uma cartilha político-educacional para as mulheres, contribuindo para o retorno das mulheres ao mundo privado, onde poderiam servir à pátria e à família ao mesmo tempo (Nahes, 2007). Com a conjuntura ditatorial de 1943/45, as mulheres foram às ruas para

defender a entrada do Brasil na guerra contra o totalitarismo nazifascista, lutaram pela anistia dos presos políticos brasileiros (Bandeira; Melo, 2010). Com a Liga de Defesa Nacional, organizaram campanhas para doação de agasalhos aos pracinhas e cursos para formação em enfermagem (Telles, 2009).

Ao mesmo tempo em 1943 inseriu-se um item Consolidação das Leis do Trabalho - CLT intitulado da Proteção do Trabalho da Mulher³, que estabeleceu – se as horas de jornadas de trabalho para as mulheres de 08 horas, equiparação salarial entre homens e mulheres, e as condições de trabalho.

Em complemento Mary Del Priore em sua obra *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história das mulheres* (2020), ecoa as vozes das mulheres, reconstituindo cenários nos quais estavam inseridas ao longo dos anos de 1500 a 2000. A autora destaca um movimento em torno do retorno das mulheres ao mundo privado, sendo lançados boletins de "conselho de mãe", distribuídos gratuitamente, com o intuito de convencer as mulheres de que o amor materno era inato, puro e sagrado. Argumentava-se que era por meio da maternidade e da educação de seus filhos que a mulher realizaria sua vocação natural, desempenhando os papéis de mãe, esposa e dona de casa.

Maria Amelia de Almeida Telles (2009) destaca que em 1945 foi criado o Comitê de Mulheres para Democracia, que lutava para que as mulheres participassem ativamente no processo de consolidação da democracia e na conquista da igualdade de direitos, tanto no campo profissional, cultural, administrativo e político. Buscava-se um protagonismo feminino, contudo, esse movimento não teve grande repercussão. Em 1947, começou a circular o jornal. *Momento Feminino – um jornal para o seu lar*, sendo editado por Arcelina Michel, o jornal tinha como pauta principal a defesa da cidadania feminina, no campo intelectual, político e econômico. (Telles, 2009).

Em 1949, ocorreu a I Convenção Feminina do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em alusão ao 8 de março - Dia Internacional da Mulher, onde foram discutidas questões relacionadas aos direitos da mulher, bem como a proteção à infância (Telles, 2009).

É interessante perceber que o surgimento da cartilha "Caminho Suave" ocorre num momento de efervescência e, ao mesmo tempo, de retrocessos nas lutas

³ Passou por uma nova redação dada pela Lei nº 9.799, de 26/05/1999.

femininas. Essa narrativa do feminino no mundo privado retrata o papel da mulher como mãe, avó, esposa e do lar.

Em contrapartida, em 1951, foi organizado o I Congresso da Federação Mulheres do Brasil - FMB, contando com a participação de mulheres de todos os estados brasileiros, como donas de casa, professoras, profissionais liberais, estudantes e camponesas. Elas discutiram a defesa da paz, combate à carestia, defesa da infância e o movimento feminino e sua organização. Em 1952, ocorreu a 1ª Assembleia Nacional das Mulheres, com representantes de nove estados brasileiros, abordando questões em defesa da mulher, da infância e da paz mundial. No ano seguinte, houve uma manifestação na cidade de São Paulo, realizada por mulheres contra a carestia de vida, e em 1956, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência Nacional de Trabalhadoras (Telles, 2009).

Sem dúvida, as lutas dessas mulheres nesse período foram por questões concretas, como a defesa da infância relacionada à educação com mais creches e escolas, a maternidade, a carestia. Ao mesmo tempo, essas mulheres se destacaram na luta pela democratização, pela anistia, pela paz mundial e principalmente pelo direito de ser mulher.

2.4 BRASIL: DA LUTA À EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Maria Joana Pedro (2018) destaca que o Movimento Feminista que surgiu no Brasil a partir da década de 1960 apresentou objetivos distintos dos levantados no passado pelas militantes. O novo feminismo trouxe novas reivindicações para além dos direitos políticos, educacionais e econômicos. Lia Zanotta Machado (2012, p. 77) ressalta que, mesmo sob o contexto desfavorável dos governos militares nas décadas de 1960/70, as reivindicações do movimento estavam relacionadas à violência contra a mulher, direitos à saúde, à sexualidade, à reprodução e à politização do privado.

Em 1962, foi aprovada a lei nº. 4.212/62, que definiu o direito à herança, assim como a retirada da autorização do marido para a mulher exercer trabalho remunerado. Nesse contexto, Maria Izilda Matos (1997) destaca que as mulheres se tornaram visíveis para a sociedade e na academia. Céli Regina Jardim Pinto (2003) acrescenta que o feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu num momento difícil, tendo que lidar com as tensões provocadas pelo governo ditatorial instaurado com o golpe civil-militar em 1964. As militantes feministas eram simpatizantes ou estavam envolvidas

diretamente na luta contra a ditadura, algumas delas perseguidas, presas, torturadas ou exiladas pelo regime.

Em contrapartida, diversas associações femininas foram criadas, como o Centro da Mulher Brasileira – CMB no Rio de Janeiro, que tinha por objetivo o estudo, reflexão, pesquisa e análise das questões sobre a mulher, e o Coletivo Feminista de Campinas, que levantou a bandeira do aborto livre e gratuito, entre outros. Em 1975, a ONU estabeleceu o Ano Internacional da Mulher, na I Conferência Mundial da Mulher, destacando a igualdade de gênero e a eliminação da discriminação, além de aprovar um plano de ação para orientar as diretrizes de governos e comunidades entre 1976 e 1985 (Pinto, 2003).

Em 1977, a Lei nº. 6.515 de 26 de dezembro aprovou o divórcio, representando um grande avanço para as mulheres. Apesar disso, as mulheres divorciadas ainda enfrentaram discriminação social por não se conformarem com o padrão esperado para o feminino na sociedade e no mundo privado.

No Editorial do *Jornal Nós Mulheres* de 07 de março de 1978 propunha que:

as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminina cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe.

A preocupação, principalmente em relação à falta de creches, era antiga, mas naquele momento tornou-se de extrema urgência, uma vez que muitas mulheres estavam trabalhando fora para garantir o sustento de suas famílias. Essa questão é evidenciada no *Jornal Brasil Mulher* de 09 de outubro de 1975, refletindo a necessidade premente de soluções para o cuidado infantil que permitissem às mulheres conciliarem suas responsabilidades familiares com o trabalho remunerado. Essa demanda reflete não apenas a busca por igualdade de oportunidades, mas também a necessidade prática de apoio para as mulheres que desempenhavam papéis múltiplos na sociedade.

Publicado bimestralmente o *Jornal Mulherio* nasceu dentro de um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Dois aspectos importantes valem ressaltar no período da criação do jornal:

o primeiro refere-se à aprovação pelo Congresso da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, dos quais algumas mulheres haviam deixado o país para acompanharem seus companheiros que haviam sido exilados do Brasil, retornando com a abertura política, é nítida a influência que estas feministas tiveram de outras correntes filosóficas e históricas na forma de analisar as problemáticas que envolviam a mulher brasileira e seu contexto social, político e econômico. E o segundo aspecto, evidencia a legalidade que os partidos políticos de esquerda já vivenciavam, contextos favoráveis para a visibilidade de discussões de determinadas temáticas presentes nas pautas do jornal. (Mosqueira E Tedeschi, 2014, p.4).

A imprensa alternativa sempre destacou seu compromisso com a condição da mulher, apresentando uma linguagem diferenciada e, ao mesmo tempo, uma característica peculiar de esquerda em oposição ao governo militar. A "imprensa feminista representou um espaço de experimentação de uma forma muito especial de fazer política, refletindo sobre as descobertas das mulheres sobre si mesmas e sobre as ideias feministas que floresceram na década de 1970" (Freitas, 2014, p. 155 e 156).

Com a aprovação da Constituição Federal em 1988, que define em seu artigo 5º: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (Brasil, 1988), fica claro que todos são cidadãos, representando uma conquista das lutas e reivindicações das mulheres.

Margareth Rago (2003) destaca que o movimento de mulheres e o movimento feminista foram vantajosos para ambos, pois a rede ampliou seu acesso às mulheres pobres da periferia, trazendo questões que dificilmente chegariam a elas, como a saúde da mulher, entre outras pautas. O feminismo caracterizou-se por iniciar um diálogo com o Estado, principalmente a partir de 1982, quando foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF, em São Paulo.

Em 1985, surge a primeira Delegacia Especializada da Mulher, bem como a implantação do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM em 1984, com uma proposta feminista para o cuidado do corpo e da saúde da mulher. Entretanto, as feministas envolvidas estavam imbuídas do propósito de "conscientizar as camadas populares" (Pedro, 2012, p. 247) sobre seus direitos.

Para Carla Cristina Garcia (2021, p. 50), a década de 1970 foi um período de desafios "para toda uma série de conceitos até então considerados, dentro da teoria feminista ocidental, quase imutáveis, como o conceito universal mulher". Maria Izilda Matos (1997, p. 86) destaca:

Estes estudos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais da história, que requeria uma completa revisão dos instrumentos de pesquisa. Essa crise de identidade da história levou à procura de “outras histórias”, o que levou a ampliação do saber histórico e possibilitou uma abertura para a descoberta das mulheres e do gênero

A historiadora Joan Scott, precursora no estudo de gênero, em seu artigo "*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*", retoma a associação do termo e o relaciona com noções de poder, posicionando-se da seguinte forma: "o termo gênero faz parte da tentativa empreendida pelas feministas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens" (Scott, 1995, p. 85). Scott apresenta uma problematização do gênero como categoria analítica, bem como suas análises revelam um posicionamento político marcado nas relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e nas relações de mudança, utilizando elementos como classe, raça, entre outras.

Dessa forma, Joan Scott destaca a importância do conceito de gênero como uma ferramenta crítica e analítica para compreender as dinâmicas sociais e as desigualdades entre homens e mulheres. Ela enfatiza que o uso dessa categoria vai além das relações entre os sexos, incorporando outras dimensões sociais que moldam e são moldadas pelas construções de gênero, visto que

o uso do termo "gênero", enquanto sinalizava uma abertura para mudar alguns papéis tradicionais de mulheres e homens, não possuía nenhuma das qualidades subversivas tão temidas pelos seus críticos. No uso comum, "gênero" tornou-se sinônimo das diferenças entre os sexos, ambas atribuídas como "naturais". Penso que essa contenção das possibilidades subversivas de gênero foi em parte apenas o resultado do triunfo das forças conservadoras em Pequim (e em outros lugares); também foi um efeito da própria distinção sexo/gênero, que tende a ratificar implicitamente um discurso biológico que enfatiza a historicidade dos corpos físicos. (E que não contesta o essencialismo que teria sexo ao determinar gênero). (Scott, 2019, p. 332).

O termo gênero surgiu como uma tentativa de contrapor a questão da diferença e compreender as diversas desigualdades existentes na sociedade. No entanto, apesar dessa tentativa, o conceito de gênero não conseguiu romper completamente com os padrões historicamente estabelecidos. Margareth Rago (2003) reconhece o conservadorismo presente em nossos tempos, mas destaca que o feminismo, seja como um modo de pensamento ou como conjunto de práticas

políticas, sociais e sexuais, contribui para uma crítica cultural. Ao desconstruir essas configurações, os feminismos proporcionam visibilidade às diversas formas de exclusão que permeiam o mundo.

Assim, o feminismo emerge como uma onda que começou timidamente, denunciando e reivindicando igualdade e equidade entre homens e mulheres. Ao longo do tempo, transformou-se em um movimento que busca garantir as conquistas alcançadas e impulsionar novas lutas, promovendo a inserção das mulheres previamente excluídas pela sociedade. Como ressalta Margareth Rago (2003, p. 10), as feministas mostraram alternativas para a organização social e sexual, fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária entre homens e mulheres. Elas contribuíram efetivamente para a construção da cidadania inclusiva, abrindo espaço para discussões não apenas sobre mulheres, mas também sobre questões de gênero diferenciadas, proporcionando uma significativa contribuição para a ciência.

2.5 CARTILHA CAMINHO SUAVE: A REPRESENTAÇÃO REVERSA DA LUTA FEMINISTA NO BRASIL

As conquistas realizadas por Branca Alves de Lima estão interligadas pelas pautas de lutas realizadas pelo Movimento Feministas, uma mulher autora, divulgadora e empresária. Branca Alves de Lima, como autora da cartilha "Caminho Suave - Alfabetização pela Imagem", contribuiu para a formação de gerações de estudantes no Brasil, especialmente durante as décadas de 1950 e 1960. A cartilha tinha como objetivo principal ensinar a leitura e a escrita por meio de imagens e textos simples.

Quanto à representatividade de gênero, é importante notar que as obras pedagógicas desempenham um papel significativo na construção de valores e na transmissão de normas sociais. A cartilha "Caminho Suave" refletia os valores da sociedade da época, que muitas vezes eram tradicionalmente ligados aos papéis de gênero. Podemos notar no texto final de conclusão da cartilha Caminho Suave - Alfabetização pela imagem de 1958.

Crianças de Hoje – Homens de amanhã

Os alunos terminaram a cartilha.

Hoje o diretor entrou na classe e veio fazer a distribuição dos livros de leituras.

Meus filhos, disse êle, com grande satisfação venho entregar-lhes o “primeiro Livro”.

Vocês estão de parabéns porque alcançaram uma grande vitória. Todo aquele que nada procura produzir é mau brasileiro.

Bom brasileiro é o soldado que defende sua Pátria; é o lavrador, que cultiva a terra; é o operário que trabalha na indústria.

Bons brasileiros são ainda os médicos os professores, os comerciários, os industriais, enfim todos que concorrem para o engrandecimento da Pátria.

Vocês meus filhos, serão os homens de amanhã.

Portanto se quiserem ser bons brasileiros, continuem estudando e esforçando-se como fizeram até aqui. Não falem às aulas e procurem seguir à risca os conselhos de seus pais e de seus mestres, porque o futuro do Brasil depende de você.

É interessante observar as nuances na abordagem da autora ao longo das edições da cartilha. No trecho inicial, onde destaca a exclusão histórica das mulheres, há uma reflexão pertinente sobre a invisibilidade e o apagamento das contribuições femininas nos registros históricos. (Lener, 2019, p. 25). Essa observação pode levantar questionamentos sobre como a sociedade enxergava e representava as mulheres na época.

A mudança no tratamento na cartilha da 4ª série em 1986, ao utilizar termos como "Amiguinho e Amiguinha", reflete uma possível adaptação à evolução das perspectivas de gênero ao longo do tempo. A inclusão do termo "minha amiguinha" sugere um esforço para reconhecer e incluir as meninas na mensagem, indicando uma sensibilidade às questões de igualdade de gênero.

Entretanto, seria necessário analisar o contexto mais amplo da sociedade e da educação na época para compreender completamente essas mudanças e se elas representavam uma ruptura significativa com as normas anteriores ou uma adaptação superficial às mudanças sociais.

Minha mensagem para você

No início deste ano, você recebeu o “Caminho Suave” n.º 4, para acompanhar suas conquistas em leituras. Que são conquistas de leituras?

São habilidades de ler:

- Observando a pontuação;
- Pronunciando bem as palavras;
- Entendendo as mensagens;
- Resumindo o que leu.

E você já está habilitado (a) a tudo isso.

A leitura é um mundo maravilhoso, que será descoberto e explorado pela sua curiosidade.

Você está crescendo como leitor.

Mas, não encerre suas leituras na última página deste livro.

Há ainda coisas interessantes neste mundo “do ler”.

Vamos em frente, lendo livros bons da nossa literatura que é tão rica!

Você poderá, ainda, através da leitura de jornais e revista, tomar um conhecimento de assuntos atuais e curiosos que o (a) tornarão uma pessoa

informada e por dentro do que o ocorre no Brasil e no mundo.
Você é um (a) jovem feliz, porque, por esse Brasil afora, há crianças que esperam sua vez de aprender a ler e descobrir coisas novas.
É nos livros que se descobrem curiosidades sobre a Terra, os mares, as florestas. São as lendas que mantêm a chama de nossa brasilidade.
Você viaja, sonha e conquista o mundo através da leitura.
Que os livros seus amigos hoje e sempre!

A autora

Nesta apresentação a Branca Alves de Lima utiliza o pronome pessoal você, para se referir as crianças, sugere uma neutralização do gênero, no decorrer da sua escrita, podemos destacar alguns pontos pertinentes, em primeiro lugar quando se menciona a importância da leitura e há bons livros da nossa literatura, nos fazendo refletir o que para Branca Alves de Lima considera de bons livros da nossa literatura, outro ponto a destacar em relação ao privilégio que está tendo em aprender, ou seja, a meritocracia, você está tendo uma oportunidade que muitos esperam para ter.

O livro didático, sendo um portador do conhecimento, participa ativamente da construção social do indivíduo. Mesmo não possuindo imagens, o livro fala por si, na construção social do papel de mulheres na sociedade. Delimitando o espaço do homem e da mulher, num contexto de ação, trabalho, diversão ou qualquer outro tipo que simbolize a dimensão do espaço social, econômica e cultural.

A cartilha Caminho Suave esteve presente na vida estudantil de milhares de pessoas. Contudo houve um apagamento da autora, com relação a sua obra. Pouco se sabe, quem foi Branca Alves de Lima, como viveu, como estruturou sua Editora Caminho Suave Limitada, Branca Alves de Lima deixou um legado para a educação brasileira com a inovação de seu método, é curioso pensar que uma obra de tamanha relevância para educação brasileira, pouco se sabe sobre sua autora. A História da Mulheres é uma história vista de baixo, de lutas, reivindicações, mesmo se objetivo foi alcançado, um lugar de luta e reafirmação.

CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS TECIDAS DAS MULHERES NA CARTILHA CAMINHO SUAVE

“As representações sociais individuais ou sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deve ser. Mostram-nos que, a todo instante, alguma coisa ausente se adiciona e alguma coisa presente se modifica”.

Serge Moscovici

A Teoria da Representação Social, é um conjunto de elucidações, ideias comuns a um determinado grupo de pessoas, resultados de uma interação social de uma coletividade que “por sua inscrição social e por sua ligação ao outro, e um objeto que, simbolizado pela representação, é construído e interpretado pelo sujeito ao se referir a ele”. (Jodelet, 2017, p.31).

Por conseguinte, Moscovici (2015, p.40) enfatiza que as Representações Sociais são “criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra como fator determinante dentro do pensamento individual”, sendo produtos das nossas ações e comunicações.

Denise Jodelet (1997) ressalta a importância das representações sociais na vida cotidiana, guiando o modo como as pessoas nomeiam e definem aspectos da realidade diária. Elas se manifestam nos saberes e práticas individuais, sendo reconstruídas pelo trabalho científico para tornar familiar algo que não o é.

O capítulo se propõe a discutir a origem da Teoria da Representação Social por Serge Moscovici e sua relação com a educação, com destaque para a contribuição teórica de Michael Gilly. Além disso, o texto promete uma análise aprofundada da cartilha Caminho Suave, explorando as representações sociais dos papéis de gênero e o conceito de ser mulher presentes nas páginas da cartilha. Também serão abordadas as definições dos papéis masculinos e femininos, assim como a compreensão do branqueamento da personagem Zazá, quase da família.

3.1 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Foi dentro do conceito de representação coletivas, elaboradas por Émile Durkheim, na área de Ciências Sociais, que Serge Moscovici elaborou no campo da Psicologia Social o conceito da Teoria da Representação Social na década de 1960, com sua obra célebre *La Psychanalyse: Son image et son public*. Nas palavras de

Farr (1995, p.45) Moscovici, “estava modernizando a ciência social, ao substituir representações coletivas por representações sociais, a fim de tornar a ciência social mais adequada ao mundo moderno”. Nesse sentido Moscovici (1978), destaca que a representação num todo é composta de figuras e expressões socializadas e estas conjuntamente a uma representação social que organiza imagens e linguagem, simbolizando atos e situações nos tornando comuns.

Ou seja, a Representação Social é:

um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (Moscovici, 2015, p. 21).

O texto explora duas formas de pensamento: o universo consensual e o universo retificado. O universo consensual está vinculado ao senso comum, representando conhecimentos produzidos espontaneamente em grupos durante as atividades intelectuais da interação social cotidiana, resultando nas Representações Sociais. Por outro lado, o universo retificado refere-se aos saberes e conhecimentos elaborados cientificamente, caracterizados por teorização abstrata, compartilhamento em especialidades e estratificação hierárquica. (Sá,2004).

Fabiane Pinheiro (2022, p. 96) destaca que o fenômeno das representações sociais está relacionado à ciência e ao senso comum, considerando-o uma ação em que o pensamento se torna um processo de transformação da realidade vivida. A Representação Social é vista como uma realidade socialmente construída, e o saber é uma construção do sujeito, inseparável de sua inscrição social. Essas representações guiam as relações com o mundo e com os outros, organizando condutas e comunicações sociais, influenciando o desenvolvimento individual e coletivo, dando significado às identidades pessoais e sociais, expressando os grupos e contribuindo para transformações sociais. (Arruda, 2003).

Assim, o livro didático carrega em suas páginas representações que têm o potencial de influenciar a vida de meninos e meninas. A Representação Social é compreendida como um conjunto organizado de conhecimentos e uma atividade comportamental em relação à realidade física e social na qual o indivíduo está inserido, seja em um grupo ou em interações cotidianas. (Moscovici,1978).

Uma das funções da Representação Social é transformar o que é não familiar em algo familiar, numa dinâmica em que objetos e eventos são reconhecidos e compreendidos, como destacado por Leme (2004, p. 48). Esse "não familiar" geralmente está inserido no "universo reificado" das ciências e precisa ser trazido para o "universo consensual" do dia-a-dia, conforme ressaltado por Guareschi (1995, p. 212). Assim, a Representação Social é um fenômeno onde as relações sociais se constroem pela interação entre o pensamento e a ação dos indivíduos no cotidiano.

Conforme Moscovici (2015, p. 34), as Representações Sociais desempenham duas funções principais, relacionadas aos universos consensuais e retificados. A primeira função é a de convencionalizar, ou seja, dar uma forma definitiva aos objetos, pessoas ou eventos que encontram. Elas categorizam esses elementos, localizando-os em uma determinada categoria e gradualmente estabelecem um modelo para um tipo específico, distintivo e compartilhado por um grupo de pessoas. A segunda função é prescritiva, ou seja, as representações sociais se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força resulta de uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo de começarmos a pensar e de uma tradição que determina o que deve ser pensado (Moscovici, 2015, p. 36).

Nesse sentido, para Moscovici a construção das Representações Sociais envolve dois processos fundamentais: a ancoragem e a objetivação. Conforme Sá (2004, p. 38) "o processo é responsável pelo enraizamento social da representação e de seu objeto".

De acordo com Moscovici (1978, p. 110), o processo de objetivação se "faz com que torne real um esquema conceptual, com que se dá a uma imagem uma contrapartida material", em complemento Cardoso (2000, p. 10) ressalta que o processo de objetivação "(que compreende a três fases da construção seletiva da esquematização estruturante e da naturalização), através do qual se provê um contorno (imagem, figura) a determinadas idéias ou noções". Em outras palavras, a objetivação torna o que é abstrato em algo concreto, ou seja, ela transforma uma ideia, imagem em algo materializado, ganhando significados, ou seja, neste processo trata-se de certas informações, simplificando e dissociando de seu contexto original de produção e unificando ao contexto do conhecimento imagético do sujeito ou do grupo. "Trata-se, enfim, de transformar o que é abstrato, complexo ou novo em imagem concreta e significativa, apoiando-se em concepções que nos são familiares". (Trindade; Santos; Almeida, 2019, p. 109-110).

Em suma a objetivação é a ideia do não familiar com o da sua própria realidade, dando concretude a um terminado objeto. O processo de ancoragem corresponde a uma incorporação ou assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de categorias familiares e funcionais ao sujeito relacionado a sua memória, neste caso podemos relacionar a cartilha Caminho Suave ao processo de ancoragem que permite ao sujeito integrar o objeto de representação (a cartilha) em um sistema de valores que lhe são próprios, classificando e intitulado em função de laços presentes na sociedade em qual estão inseridos. “Assim, um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes”. (Trindade; Santos; Almeida, 2019, p.110).

Pois, a “ancoragem, que assegura a vinculação social da representação, tanto em relação aos valores cognitivos de sentido e saber com que deve ser coerente no grupo social que se vê surgir quanto pela atribuição de um valor funcional a seu contexto específico.” (Cardoso, 2000, p. 10). Ou seja, o processo de ancoragem é realizado sob dois aspectos: o da classificação e da nomeação é quando o indivíduo classifica e dá nome a alguma coisa, reduzindo o novo objeto de conhecimento a categorias e as imagens conhecidas, e as coloca num conjunto familiar, porquanto a “ancoragem e a objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória.” (Moscovici, 2015, p. 78).

Moscovici (1978) acrescenta que a Representação Social produz e determina comportamento, ao mesmo tempo em que ela define os estímulos que nos cercam e nos provocam. Sendo então, a Representação Social uma modalidade de conhecimento e que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação dos sujeitos, pois possui a função constitutiva da realidade que conhecemos por experiência e na qual a grande maioria das pessoas se movimentam. Assim a Representação Social é um modo de reprodução de um objeto socialmente valorizado.

3.2 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO

O estudo da Teoria da Representação Social no campo da educação é um caminho próspero, para compreender “as representações sociais no seio de grupos sociais, e nos esclarecer sobre o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de representação” (Gilly, 2002, p.232), na orientação de

comportamentos e das práticas sociais construídas nas páginas cartilha Caminho Suave, nas edições analisadas, pois a noção de Representação Social, é que ela orienta sobre os papéis de conjuntos organizados de significações sociais nos processos de ensino – aprendizagem. Além de oferecer uma nova via de explicação para os mecanismos, pelos quais os fatores sociais agem sobre o processo educativo e influenciam os resultados deles. (Gilly, 2002).

Discorrem entre as práticas educativas (material didático) e a relação entre os sujeitos (aluno(a), professor(a), aluno(a)). Alda Judith Alves Mazzotti (2008) ressalta que as Representações Sociais estão associadas ao imaginário e ao simbólico destes que compartilham a mesma condição ou experiência social, exprimindo em suas representações o sentido que dão ao seu conhecimento no mundo social, com suas interpretações fornecidas pela sociedade e projetando valores e aspirações sociais, em especial no ambiente escolar.

Apresentando em suas páginas, representações comuns da sociedade em que foram produzidas, absorvendo discussões públicas, do universo consensual, daquele momento histórico, em que o papel das mulheres era tão debatido na sociedade, pois a “a imagem é, antes de tudo, o reflexo, a seleção da informação e a interdependência. (Oliveira, 2019, p.607). Uma vez que as Representações Sociais, garantem a possibilidade de conservar seu próprio “equilíbrio e sua própria necessidade de coerência no exercício de suas práticas sociais e no entorno de suas relações”. (Gilly, 2002, p. 233).

3.3 A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL E O CONCEITO DE GÊNERO

Angela Arruda destaca (2002) que a Teoria da Representação Social e as teorias feministas emergiram durante o mesmo período de questionamento dos modelos tradicionais, refletindo a necessidade de novos instrumentos conceituais alinhados com a evolução temporal. Isso abriu espaço para teorias emergentes, como o conceito de gênero e a Teoria das Representações Sociais.

Joan Scott (1995), uma precursora no estudo de gênero, aborda o gênero como uma categoria de análise. Para ela, é crucial analisar o gênero de maneira real e concreta, considerando-o um fato histórico que se produz e reproduz, modificando-se em diferentes situações ao longo do tempo. Assim como a Teoria da Representação Social, essas teorias são construídas no senso comum,

desenvolvendo-se coletivamente nas interações entre sujeitos e entre sujeitos e instituições em um determinado tempo e espaço. Isso transforma o não familiar em familiar.

Dessa forma, a construção das relações de gênero pode ser explorada e aplicada no estudo de classes, raças, etnias ou qualquer processo social, considerando o gênero nas relações sociais e institucionais. Em resumo, essas teorias dialogam entre si, visto que

Estas teorias estão reabilitando o conhecimento concreto, a experiência vivida, e reconhecendo a possibilidade de diversas racionalidades, o que é adequado às características das multifacetadas sociedades e grupos sociais contemporâneos e às características da forma de conhecer e lidar com o saber nessas sociedades, que grupos diferentes tem visões diferentes de um mesmo objeto sem que a diferença implique obrigatoriamente desigualdade. (Arruda, 2002, p.133).

Ou seja, é necessário conhecer e compreender as diferenças nas sociedades em constante transformação. Assim como a categoria de gênero se concentra nas relações entre homens e mulheres, analisando em diferentes momentos do passado como as tensões e eventos foram produtores de gênero (Pedro, 2005, p. 88).

3.4 SER MULHER NAS PÁGINAS DA CARTILHA CAMINHO SUAVE

Presente nas salas de aula desde 1948⁴, a cartilha Caminho Suave fez história na alfabetização brasileira, sendo até hoje lembrada e encontrando-se em sua 133ª edição.⁵ Na fala do então deputado estadual de São Paulo, Antônio Mentor, percebemos o saudosismo atrelado à memória (DOU - São Paulo, 2009, p. 5): "Quanto foi especial aprender pela cartilha 'Caminho Suave', que tantas pessoas alfabetizou sem denegrir os valores sociais". É interessante notar que a fala do deputado é recente, de 2009, e a representação construída em torno da cartilha se faz presente, reafirmando o que observamos em nossa pesquisa entre os anos de

⁴ Apesar de muitos autores afirmarem que a cartilha Caminho Suave saiu do catálogo do PNLD em 1996, ao analisar os PNLD dos anos de 1985, 1988, 1992, 1997 e 2002, percebemos em nossa análise que efetivamente a cartilha não foi mais incluída em 2002. Isso se confirma pelo fato de que, no PNLD de 1997, a cartilha Caminho Suave – Renovada e Ampliada - Alfabetização pela Imagem participou para a pré-escola

⁵ Dados levantados no site da Editora Edipro.

2009, 2014, 2016⁶, de que os valores sociais presentes em suas páginas demarcam o papel social dos homens no âmbito público e das mulheres no âmbito privado.

Moscovici (2015, p. 78) enfatiza que a soma de experiências e memórias comuns nos permite extrair as imagens, linguagem e gestos necessários para entender o não familiar. As memórias e experiências não são imóveis; são dinâmicas e imortais. Ainda para o autor, a ancoragem está relacionada à memória dirigida para dentro, sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, classificando com um nome e mantendo a memória em constante movimento. Sobre a objetivação, Moscovici complementa que, mais ou menos direcionada para fora, ela tira conceitos e imagens para juntá-los e reproduzir no mundo exterior, fazendo as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. Em resumo, tanto a ancoragem quanto a objetivação são maneiras de lidar com a memória.

Nas palavras de Halbwachs (1990, p. 34):

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram ou continuam a fazer parte de uma mesma sociedade.

Desta forma, as Representações Sociais colaboram para a compreensão dos mundos consensuais e retificados. Nesse caso, a representação social dos papéis de gênero presentes na cartilha Caminho Suave nos ajuda a entender como "os fatores propriamente sociais agem sobre o processo educativo e influenciam os resultados deles" (Gilly, 2002, p. 232) para a construção dos papéis sociais de homens e mulheres estabelecidos na cartilha, tanto em suas ilustrações quanto em seus textos. Em complemento, Gilly (2002, p. 247) enfatiza que essa construção do conhecimento é

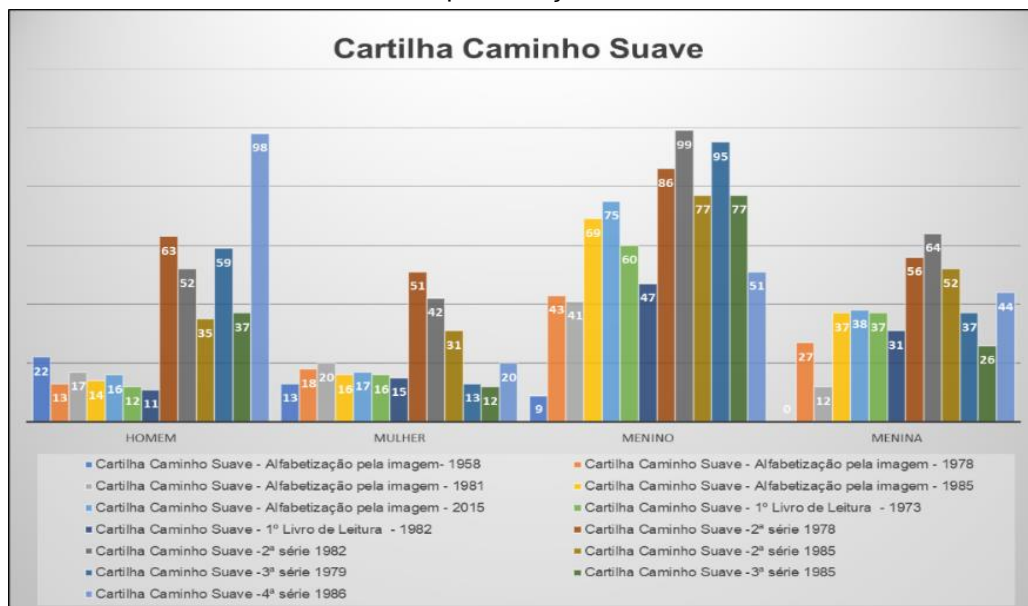
⁶ Esse trabalho foi desenvolvido como parte do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em História em 2009, intitulado "Caminhos Suave: quão suaves são os caminhos das mulheres", posteriormente publicado em livro pela editora Novas Edições em 2016. Além disso, o Trabalho de Conclusão da Especialização em História, Arte e Cultura - "Representações do feminino nas imagens da cartilha Caminho Suave" - foi publicado pela Revista Escrita em 2014.

fenômenos de “descontextualização” e “recontextualização” sucessivos do saber a cada etapa de transmissão social (do saber acadêmico ao saber proposto para a criança) por processos de seleção e de reorganização da informação. As práticas sociais sucessivas (seleção dos conteúdos de ensino, construção dos manuais, preparação do ensino pelo pedagogo) operam a cada vez reconstruções de um objeto novo, de *representações sociais* sucessivas do saber científico inicial finalizados pelos objetivos das mesmas práticas sociais consideradas.

A partir das análises realizadas e dos levantamentos de dados nas cartilhas, foi elaborada a Tabela 1, que apresenta o percentual de homens, meninos, meninas e mulheres nas ilustrações da cartilha Caminho Suave.

A análise da frequência de ilustrações masculinas e femininas na cartilha auxilia na compreensão de que a sociedade representada em suas páginas é patriarcal. Isso se evidencia pela maior incidência de imagens de homens e meninos em comparação com mulheres e meninas, como é possível visualizar na tabela supracitada.

Tabela 1: Cartilha Caminho Suave - representação de homens, mulheres, meninos e meninas



Fonte: Elaborada pela autora com base nas imagens na cartilha Caminho Suave.

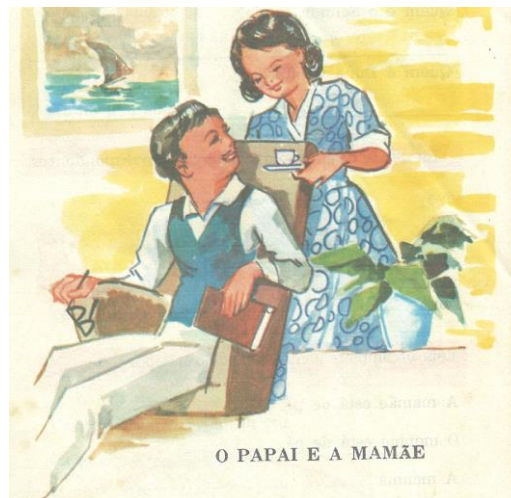
Para iniciarmos, citamos uma frase de Simone de Beauvoir (2016, v^o. 2, p. 37)⁷ que dialoga com as imagens associadas às mulheres presentes nas Cartilhas Caminho Suave: "a mulher é a Bela Adormecida, Cinderela, Branca de Neve, a que recebe e suporta." Isso é evidente ao observarmos a figura 6, onde uma mulher

⁷ A frase citada de Simone de Beauvoir representa uma crítica à sociedade patriarcal da época em que a autora estava inserida, partindo do sujeito "Mulher" em vez do universal "Homem".

elegante se aproxima de seu esposo, este sentado com a perna esticada, segurando um livro e óculos, com um semblante de felicidade ao olhar para sua esposa ao perceber que ela lhe traz algo. A mulher, por sua vez, demonstra contentamento em servir seu esposo. O olhar dela se assemelha ao das personagens mencionadas, as quais, de alguma maneira, encontraram nos homens seus salvadores ao longo de seu caminho.

Nessa imagem, a mulher parece ter encontrado o "príncipe encantado" de sua vida, pois, como destaca Faria (1997, p. 83), "afinal, o homem dá duro e a mulher é responsável pelo seu descanso, o descanso do guerreiro, de quem realmente vai à luta e ocupa o espaço público." Essa representação evidencia a sociedade patriarcal, na qual os papéis sociais de homens e mulheres já estavam definidos: ao homem, o trabalho para o sustento, e à mulher, o mundo privado do lar para o cuidado e manutenção da representação da família dita tradicional.

Figura 6: Mamãe e Papai

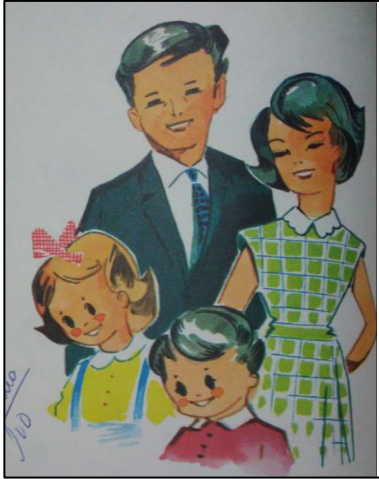


Fonte: Lima, 1982, p. 11

As ilustrações a seguir representam de forma mais acentuada o conservadorismo e o ideário da época, indicando que o lugar da mulher era o lar e a família como seu principal espaço de atuação. Esses elementos estão presentes em toda a cartilha, onde "o modelo normal" é a família nuclear composta por um casal heterossexual e seus filhos. Essa forma de organização social não é apenas considerada normal, mas também é encarada como natural, como destaca Louro (1997, p. 133-134). O núcleo familiar, conforme representado nas ilustrações da cartilha Caminho Suave, não se restringe apenas aos pais, incluindo também os avós,

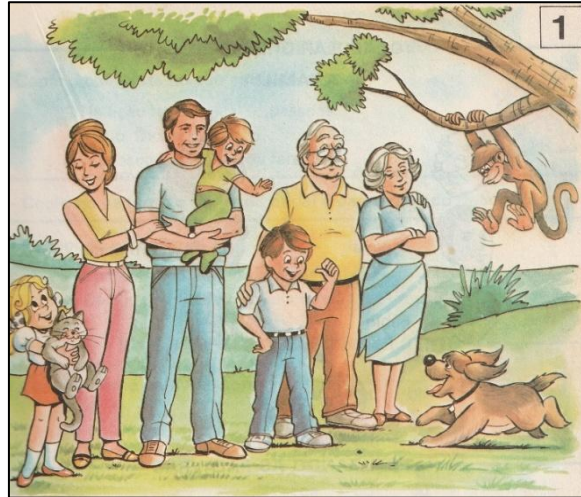
todos vivendo em plena harmonia. Isso reforça a "representação da família típica constituída por um pai e uma mãe e, usualmente, dois filhos, um menino e uma menina" (Louro, 1997, p. 70).

Figura 7: A Família – Tio, tia, primo e prima



Fonte: Lima, 1973, p. 18

Figura 8: A Família



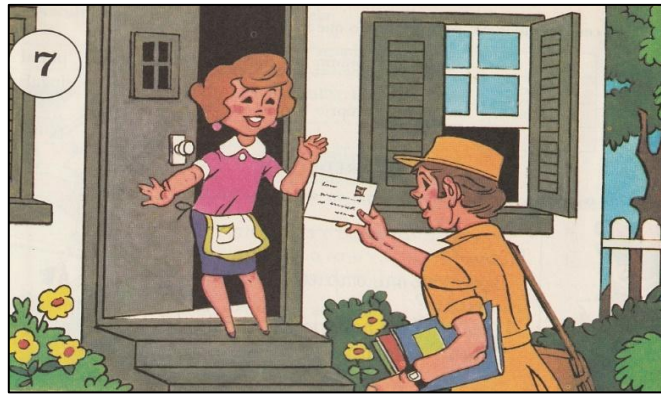
Fonte: Lima, 1985, p. 9

Tal representação não levava em conta a diversidade dos arranjos familiares que se multiplicavam e mudavam. Muitas vezes, a família na qual o aluno estava inserido não representava a família idealizada na cartilha, como retratam as figuras 7 e 8, que representam a família feliz e perfeita, a tradicional.

A representação do patriarcado se faz presente nessas ilustrações, com os homens ocupando a centralidade da imagem e as mulheres ao seu lado. O patriarcado, conforme destaca Lener (2019, p. 17), mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis, sendo uma ideologia que ensina que as mulheres são naturalmente inferiores. O patriarca é considerado o detentor do pátrio-poder, o mantenedor da família.

A naturalização dos espaços destinados às mulheres presentes nas páginas da cartilha Caminho Suave se encaixa em um conjunto de ideias sobre relações sociais e morais frequentemente identificadas como conservadoras ou tradicionais (Mello, 2011, p. 71), reforçando a ideia de que o lugar da mulher é no mundo privado. No entanto, essa representação também destaca a expectativa de que a mulher não poderia descuidar-se de sua aparência física, sendo a "bela, recatada e do lar" (Linhares, 2016), como representa a figura 9.

Figura 9: “Bela, recatada e do lar”

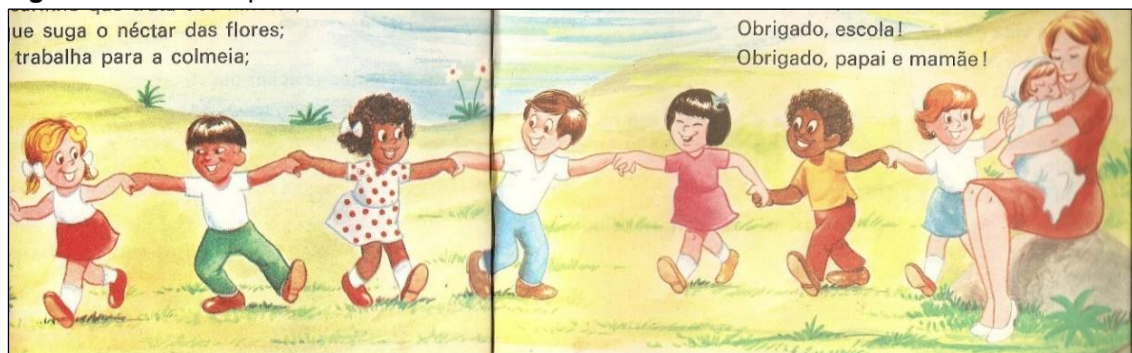


Fonte: Lima, 1985, p. 18

Outro papel representado para a mulher nas páginas da cartilha Caminho Suave é o de professora, sendo o único espaço profissional apresentado para ela. Isso reflete a ideia de que a "relação mãe-professora/mãe-educadora faz com que o dever-se da mulher venha sempre associado ao dever-se da educação" (Faria, 1997, p. 93). Este espaço também é percebido como um lugar de muito amor para dar, pois "as professoras são compreendidas como mães espirituais — cada aluno ou aluna deve ser percebido/a como seu próprio filho ou filha" (Louro, 1997, p. 97).

De acordo com Lia Faria (1997, p. 45), a mulher "foi escolhida para representar o papel de professora devido ao fato de ter sido adestrada para exercer a função de reprodutora biológica e de um saber instituído, que convinha à sociedade tal qual estava estruturada", conforme retrata a figura 10.

Figura 10: Amor de professora



Fonte: Lima, 1985, p. 143

As afirmações de Guacira Louro (1997, p. 96) vem ao encontro com as ilustrações presentes pois:

Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais, constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas. Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc.

Nas figuras 11, 12 e 13 novamente traz o papel da mulher enquanto professora doce, amável e atenciosa para seus alunos.

Figura 11: Meiga professora



Fonte: Lima, 1986, p. 9

Figura 12: Professora atenciosa



Fonte: Lima, 1986, p. 98

Figura 13: Professora amável



Fonte: Lima, 1973, p. 43

Uma vez que o magistério para as mulheres foi construído de maneira a aproximar os afazeres do lar, a fim de evitar uma quebra do papel designado à mulher (Faria, 1997), pode-se dizer que essa profissão seria uma extensão da maternidade.

Deste modo, a "representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e partilhados" (Hall, 2016, p. 31), muitas vezes legitimando o pensamento da sociedade. Desta maneira, a cartilha Caminho Suave atuou como mediador "entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo[...] colaborando para a circulação e a apropriação de determinadas ideias, valores e comportamentos" (Fonseca, 1999, p. 204).

3.4.1 PAPÉIS MASCULINOS E PAPÉIS FEMININOS

Estudiosas como Guacira Louro (1995, 1997) e Joan Scott (1991) destacam que as sociedades institucionalizaram a segregação sexual, definindo o papel e o lugar destinado ao homem e à mulher. Dessa forma, o livro didático, no caso a cartilha Caminho Suave, traz em suas páginas os papéis pré-estabelecidos do homem e da mulher. A mulher é representada em sua grande maioria como doce e atenciosa, enquanto o homem é retratado como ativo e lutador.

Ao analisarmos as imagens, percebemos que o lugar destinado aos homens abrange o trabalhador, o amigo, o agricultor, o sorveteiro e o lenhador, enquanto o papel atribuído às mulheres inclui regar o jardim, cuidar da casa, dos filhos e ensinar. Na representação, a mãe se preocupa com o estudo de seu filho, e o pai o parabeniza pelas boas notas. (Figuras 14 e 15).

O homem presente na cartilha desempenha o papel de gênero tradicional, sendo o provedor do lar e o típico pai de família, o pai amigo que compartilha os momentos de felicidade de seus filhos. Isso reafirma a representação da família dita tradicional.

Figura 14: Minha professora, minha mãe

Fonte: Lima, 1973, p. 84

Figura 15: Os exames

Fonte: Lima, 1973, p. 8

Na figura 16, observamos a representação do pai sentado com seus filhos próximos, enquanto o texto aborda a ideia do pai como amigo, que se sacrifica para garantir que nada falte à sua família. O texto destaca que ele sofre e se alegra pelos seus filhos, apresentando uma imagem de homem compreensivo e amoroso.

Figura 16: Meu pai, meu amigo

24

QUEM É SEU MELHOR AMIGO?

Algum dia você já tentou descobrir quem é seu melhor amigo?
 Já sei. Está pensando em alguém da "turma" e imaginando:
 — Deve ser aquela garota que sempre me convida para seus passeios, pelas suas festinhas...
 O Afrânio toda tarde me chama para as "peladas"...
 O Zezinho me procura para trocar selos, figurinhas...
 A Marisa gosta de um "bate-papo" comigo...
 Às vezes chegamos à conclusão de que não temos amigos...
 Mas, ele está ali à nossa frente, o tempo todo, com aquele seu jeito de gostar.
 É aquele "cara legal" que, calado, acompanha nosso crescimento dos pequeninos.
 Sacrifica-se para que nada nos falte.
 Alegra-se com nossa alegria, e sofre com nossa tristeza.
 Gosta da gente, apesar dos defeitos que temos.
 Às vezes parece que não, porque nos repreende.
 Sente-se feliz, se lhe pedimos sua opinião.
 Fica triste e apreensivo se, ao contrário, o julgamos "quadrado" ou "por fora" das coisas.
 Hoje é o "Dia do Papai".
 Vamos surpreendê-lo pela manhã, com o nosso beijo, com o nosso carinho.
 Façamos com que ele sinta como é querido, que é o nosso melhor amigo.

136

Fonte: Lima, 1986, p. 136

O contraste entre os papéis sociais do homem e da mulher, mesmo sendo ela representada de maneira amável, não inclui nenhum texto de declaração pelo Dia das Mães ou simplesmente de reconhecimento por seu trabalho e dedicação ao lar. Isso confirma a ideia de que a mulher nasceu para o mundo privado, para o lar, enquanto o homem nasceu para o trabalho fora de casa.

A realidade construída nas páginas da cartilha Caminho Suave destaca fortemente a divisão sexual do trabalho e as representações sociais dos papéis de mulheres e homens em seus espaços. A definição clara dos espaços é muito perceptível nas ilustrações da cartilha, especialmente na imagem 17. Podemos notar que o homem está na lavoura, plantando milho, enquanto a mulher está preparando a pamonha. Isso reflete a hierarquização do trabalho, com o homem protagonizando a atividade social de maior valor, executando o trabalho pesado de plantar e colher, enquanto a mulher desempenha o papel de cuidadora da família, realizando o trabalho leve de cozinhar. Essa representação reproduz a dominação simbólica masculina (Biroli, 2018).

Figura 17: O afazer masculino e feminino



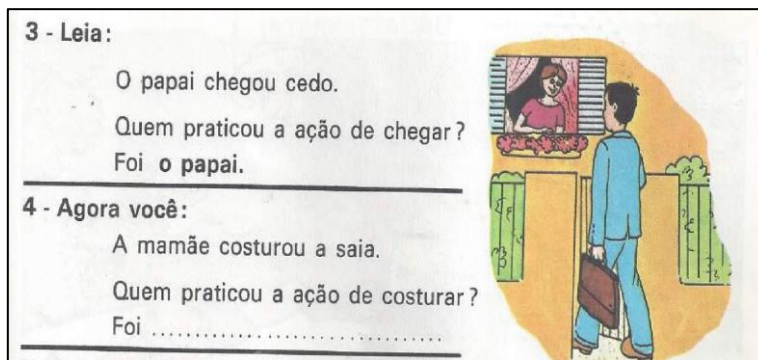
Fonte: Lima, 1978, p. 76-77

Pois toda representação "igual a toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem" (Moscovici, 2015, p. 46), visto que toda representação "da imagem ligada à palavra ou à ideia se torna separada e é deixada solta em uma sociedade, ela é aceita como uma realidade, uma realidade convencional, clara, mas de qualquer modo uma realidade" (Moscovici, 2015, p. 73). Essa é uma realidade construída muitas vezes

para legitimizar uma narrativa, uma ideologia, uma prática que seja aceita pela sociedade.

A narrativa mais uma vez legitimada na cartilha, conforme a imagem 18, mostra a mulher esperando seu marido na janela, enfatizando novamente o lugar da mulher e do homem, subentendendo que este voltava de seu trabalho e a mulher estava envolvida na ação de costurar, um trabalho interno. Isso determina o papel social da mulher e do homem na sociedade.

Figura 18: Ansiosa pela chegada do meu bem



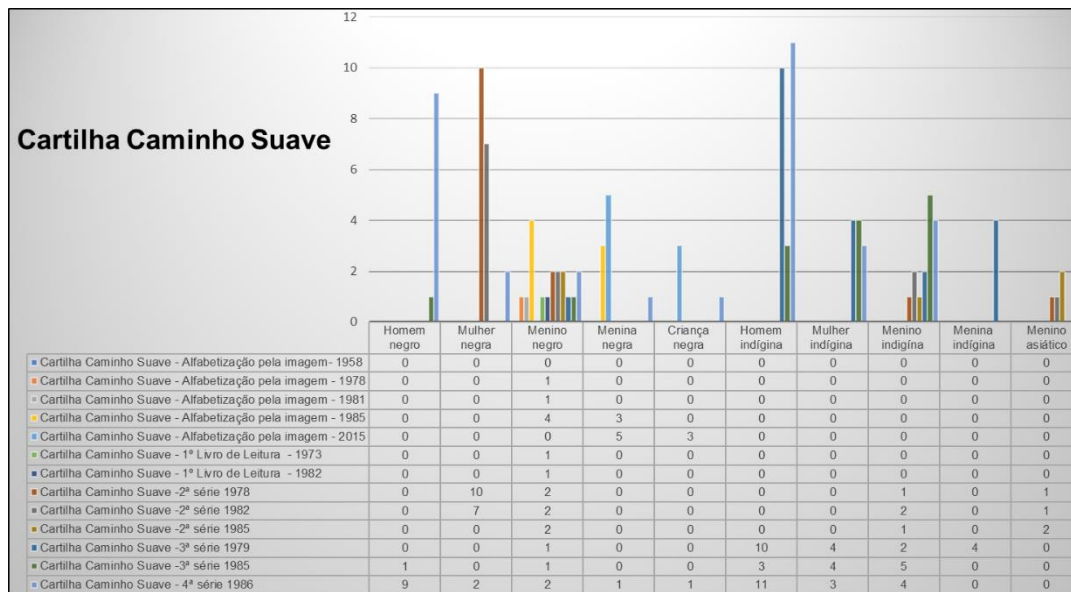
Fonte: Lima, 1978, p. 119

Desta forma, a representação social construída na cartilha vem legitimar e delimitar o espaço físico para homens e mulheres, determinando o que era ou é considerado aceitável.

3.5 QUASE DA FAMÍLIA: O BRANQUEAMENTO DA PERSONAGEM ZAZÁ

Ana Célia da Silva (2005, p. 21) destaca que, para conhecer, compreender, interagir e respeitar, é necessário aceitar as contribuições das diversas culturas que construíram nosso país, ressaltando sua importância social e representatividade. No entanto, conforme a análise apresentada na Tabela 2, a diversidade cultural representada na cartilha Caminho Suave, mesmo que de forma sucinta, não reflete a realidade da diversidade cultural do Brasil. A cartilha é predominantemente composta por pessoas brancas. Segundo Ana Célia da Silva (2005, p. 25):

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação.

Tabela 2: Representatividade Cultural

Fonte: Elaborada pela autora com base nas imagens na cartilha Caminho Suave

Percebemos em nossa análise uma personagem, quase da família, que passou por um processo de branqueamento na 16ª edição da cartilha Caminho Suave da 2ª série, de 1985: a empregada doméstica Zazá. Isso levanta questionamentos sobre a "democracia racial e branqueamento", que, de acordo com Schucman (2012, p. 43), são entendidos como manobras políticas das elites, tendendo a encobrir ainda mais o processo de reconhecimento da discriminação brasileira.

Nas cartilhas dos anos de 1978 e 1982, Zazá é representada como negra, como ilustram as imagens 19 e 20, apresentando uma representação negativa e estereotipada da Zazá negra, com "lábios grossos, cabelo crespo, rosto e nariz largos" (Hall, 2016, p. 174), além do aspecto desleixado. Na figura 21, Zazá é representada como branca e bem arrumada. Para Ana Célia da Silva (2011, p. 29):

representação social do negro, no processo de reconstituição e modelagem da sua percepção externa estão contidos os estereótipos, os preconceitos, os julgamentos, os juízos, que são elementos ou objetos internalizados na consciência dos indivíduos, que os utilizam para construir o conceito da percepção inicial apreendida e que passa a integrar o seu universo interior.

Enfatizando que a "cor da pele é a marca de distinção dos afro-brasileiros, assim como o cabelo crespo, uma vez que a ideologia do branqueamento confere graduações qualitativas diferenciadas" (Silva, 2011, p. 91), atribuindo a superioridade ao branco, com raízes ainda na escravidão, rebaixando o negro a escravo e ao branco o senhor de engenho. Sendo assim, o ideal de beleza e sucesso era atribuído à ideia

de branca, levando a concluir que o ideal seria ser branco (Dias, 2014).

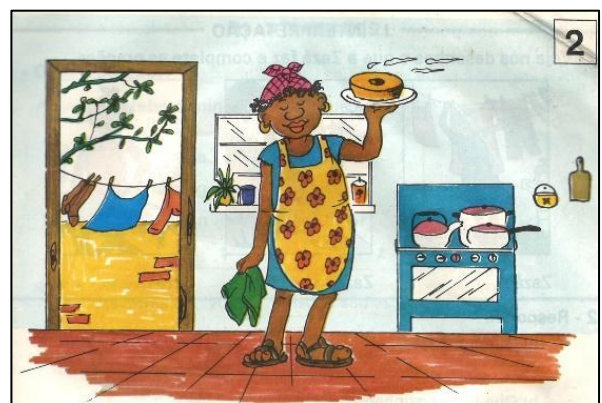
A cartilha Caminho Suave impactava tanto negros quanto brancos no ensino-aprendizagem, mas, em especial, nas edições de 1978 e 1982, que apresentam a personagem Zazá negra, sua representação era negativa, desvalorizando aspectos físicos, especialmente sua maneira de vestir, remetendo a um descuido por parte da Zazá com sua pessoa.

Figura 19: Zazá -1978



Fonte: Lima, 1978, p. 9

Figura 20: Zazá -1982



Fonte: Lima, 1982, p. 9

Figura 21: Zazá -1985

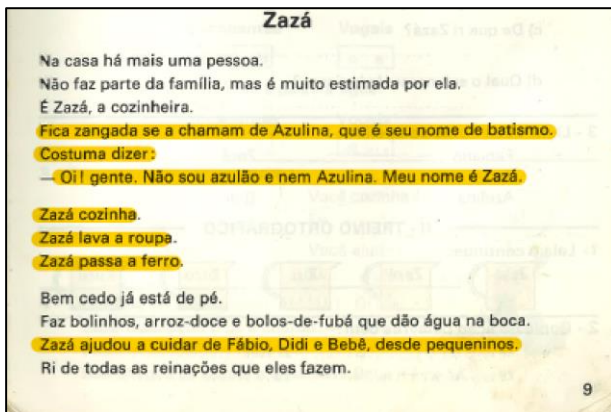


Fonte: Lima, 1985, p.13

O estereótipo do negro vai além das feições físicas, no texto Zazá, informa que o seu nome de batismo é Azulina, mais ela não é “azulão nem Azulina, sim Zazá”, (Figuras 22,23 e 24), evidenciando sua consciência do racismo, existente, deixando claro que não quer ser chamada pelo seu nome e nem pelos apelidos estereotipados dos negros, visto que o “racismo um fenômeno ideológico, ele se consolida através dos preconceitos, discriminações e estereótipos” (Sant’ana, 2005, p. 43) estes presentes nas cartilhas supracitadas, dos anos de 1978 e 1982, já na cartilha de 1985, não possui informações de seu nome, apenas que ela chama-se Zazá sua função é

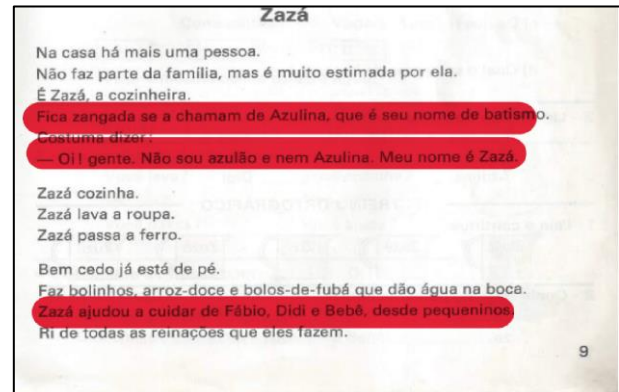
de cozinheira e que seus filhos que ficam aos cuidados da dona Zélia e seu marido seu Zeca é motorista. Zazá retorna animada para sua casa, para cuidar da sua família, a dupla jornada de trabalho indiretamente sendo romantizada, pois apesar de lavar, passar e cozinhar em seu ambiente de trabalho, ela retorna alegremente, reafirmando a estrutura patriarcal existente.

Figura 22: Texto Zazá -1978



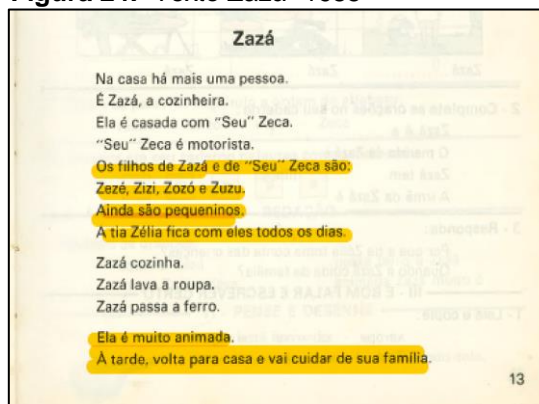
Fonte: Lima, 1978, p. 9

Figura 23: Texto Zazá -1982



Fonte: Lima, 1982, p. 9

Figura 24: Texto Zazá -1985



Fonte: Lima, 1985, p.13

Bem como explicitando os afazeres da Zazá, que ela cozinha, lava e passa, atribuições estas representadas na sequência na atividade para o aluno completar as orações. Em duas destas situações, principalmente cozinhando, Zazá é representada em ambas as ilustrações de maneira muito animada e satisfeita em realizar esta tarefa, apontando qual é o papel e a função da mulher, ou seja, a de dona de casa, neste caso, empregada doméstica. Flávia Biroli (2018, p. 55) a respeito da divisão sexual do trabalho e do racismo estrutural enfatiza que:

A divisão sexual do trabalho permeia os arranjos, articulada a outros fatores que posicionam e abrem ou restringem as alternativas: mulheres cuidam e são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras; cuidam em condições diversas, dependendo de sua posição de classe, em relações conformadas pelo racismo estrutural e institucional.

Figura 25: Afazeres de Zazá - 1982



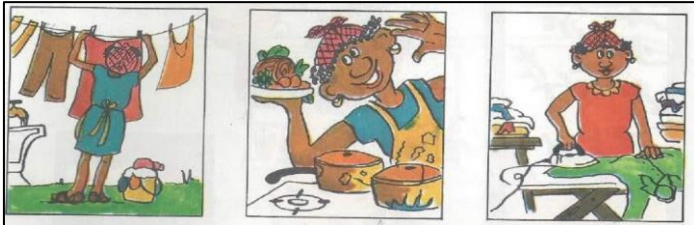
Fonte: Lima, 1982, p. 10

Figura 26: Afazeres de Zazá - 1985



Fonte: Lima, 1985, p.14

Figura 27: Afazeres de Zazá – 1978



Fonte: Lima, 1978, p. 10

Não podemos afirmar com certeza que o branqueamento da Zazá se deu por causa dos movimentos sociais negros, que na década de 1970 começaram a ganhar forma e força, ou pela percepção da autora e do novo ilustrador em relação às questões do racismo. Em complemento, Mírian Wartusch e José Alex Trajano dos Santos (2022, p. 351-352) deixam indícios de que uma das razões para o branqueamento da personagem Zazá foi a reflexão sobre o racismo e as imagens estereotipadas representadas do negro. Essas questões poderiam vir a ser discutidas, visto que a imprensa negra, como um veículo aberto, fazia suas reivindicações e apontava suas lutas e seu papel dentro da sociedade em que estavam inseridos, um fato:

importante foi a Convenção do Movimento Negro Unificado, realizada em Belo Horizonte, em 1982, momento no qual houve a aprovação do programa de Ação do M.N.U. Este propunha uma mudança radical dos currículos, visando a eliminação de preconceitos e estereótipos em relação aos negros e à cultura afro-brasileira na formação de professores, com o intuito de compromissá-los com combate ao racismo em sala de aula. Enfatiza-se a necessidades de aumentar o acesso dos negros em todos os níveis educacionais e de criar, sob a forma de bolsas, condições de permanência das crianças e dos jovens no sistema de ensino. (Rosa, 2011, p. 19 e 20)

Visto que a "representação negativa e estereotipada do negro dentro de uma sociedade branca com ideias e valores brancos não permitiriam a total realização e expressão do ser e estar negro no mundo" (Schucman, 2012, p. 20).

A essência da personagem, alegre e feliz em realizar suas tarefas domésticas, permaneceu a mesma, apagando em seus textos a jornada dupla da Zazá representada nas edições dos anos de 1978 e 1982. Já na edição de 1985, menciona o nome de seu esposo e filhos, ainda deixando claro que Tia Zélia cuida deles todos os dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais [...]. Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. [...] Nada há de simples ou estável nisso tudo pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes e até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. [...] Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes.”

Guacira Lopes Louro

Na nossa pesquisa, buscamos analisar as mudanças e permanências nas páginas das Cartilhas Caminho Suave nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000. É importante ressaltar que esta pesquisa, diferentemente das demais que se concentram na análise da cartilha Caminho Suave no campo da educação e sua importância no processo de alfabetização, buscou aprofundar meu conhecimento e analisar a construção do papel do feminino em suas páginas, com foco no movimento feminista.

Percebemos que as mudanças nas páginas da cartilha estão mais relacionadas aos conteúdos, como acréscimos de exercícios e retiradas de textos para se adequar aos critérios exigidos pelos programas de livros didáticos. Isso nos leva a afirmar que a autora Branca Alves de Lima estava mais preocupada em manter a cartilha nos programas do que em adaptá-la à realidade da sociedade brasileira na época. Isso indica uma tendência conservadora em suas adaptações, que não acompanhavam as questões relevantes para o momento do país.

Reafirmamos que o papel social destinado à mulher nas páginas é o mundo privado, o de mãe, esposa, dona de casa e a profissão exercida por ela, seja como professora ou empregada doméstica. Nas palavras de Biroli (2018, p. 20), a "divisão sexual do trabalho toca no que historicamente foi definido como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher", retratando nitidamente o lugar da mulher no mundo privado e ao homem no papel de provedor, presentes nas ilustrações.

As cartilhas analisadas não incorporam as transformações nas relações sociais do papel da mulher, conquistadas com dificuldade, mas retratam a mulher de forma conservadora, submissa, como a esposa delicada e atenciosa para os seus. Mesmo com as mudanças ocorridas principalmente nas décadas de 1970 e 1980, a mulher continuou na invisibilidade, com as narrativas do mundo doméstico. Isso porque "compartilhar uma ideia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social

e uma identidade" (Jodelet, 1997, p. 34), uma afirmação simbólica da representação social dos papéis de gênero construída nas cartilhas Caminho Suave (Jodelet, 1997, p. 39).

Outra mudança relevante na cartilha foi o branqueamento da personagem Zazá. Nas edições analisadas dos anos de 1978 e 1982, Zazá é representada como uma mulher negra, estereotipada. Ana Célia da Silva (2005, p. 23) enfatiza que o material didático, ao vincular uma visão estereotipada que expande a representação negativa do negro (nesse caso, de Zazá, com lábios grossos, nariz e rosto largo, cabelos crespos), a uma representação positiva do branco, expande uma ideologia do branqueamento. Essa ideologia se alimenta de teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituindo a identidade cultural da nação. Essas associações negativas em relação à cor preta "podem levar as crianças negras, por associação, a sentirem horror à sua pele negra, procurando várias formas de literalmente se verem livres dela, buscando a 'salvação' no branqueamento" (Silva, 2005, p. 31). Há indícios de que o Movimento Negro, principal atuante nas reivindicações de luta, como o reconhecimento de sua cultura e o fim da discriminação racial, esteve indiretamente ligado a esse processo no período de branqueamento da personagem Zazá, principalmente durante os anos 1980.

Nesse sentido, Munakata (2012) destaca que, antes de cumprir sua função como livro didático, este é um produto, uma mercadoria destinada a um público específico, a escola. Portanto, o livro didático "deve se adequar a esse mercado específico. Isso significa que a escola, tomada como mercado, determina usos específicos do livro (didático), também mediados pela sua materialidade" (Munakata, 2012, p. 185), uma leitura autorizada. Podemos considerar a cartilha Caminho Suave como um objeto físico, um "produto fabricado, comercializado, distribuído ou, ainda, como um utensílio concebido" (Choppin, 2004, p. 254) para a lógica do mercado e da sociedade em questão.

Na nossa pesquisa, buscamos analisar as mudanças e permanências nas páginas da Cartilha Caminho Suave ao longo das décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000. Diferentemente de outras abordagens que se concentram na análise da cartilha no campo da educação e sua importância no processo de alfabetização, procuramos aprofundar nossa compreensão e examinar a construção do papel do feminino em suas páginas, mais especificamente à luz do movimento feminista.

Percebemos em nossa pesquisa que, mesmo seguindo a lógica mercadológica e da sociedade patriarcal presentes em suas ilustrações e textos, a Cartilha Caminho Suave ainda é um grande sucesso de vendas, como enfatiza Munakata (2016, p. 130): "Toda essa incursão pelas lições de coisas mostra outro aspecto do livro didático: ele não é apenas o depositário dos conteúdos, mas também dos métodos de ensino, dimensão fundamental da cultura escolar". Sendo assim, a Cartilha Caminho Suave faz parte da cultura e da memória escolar. Nossa hipótese para o sucesso estrondoso da cartilha até os dias atuais está interrelacionada a essa cultura e à memória escolar que Munakata (2016) descreve.

Muitas pessoas recordam como foi bom estudar com ela, suavizando a alfabetização, considerando seu método eficaz no processo de ensino aprendizagem, não apenas para os alunos, mas também para os professores que lecionavam, levando-nos a crer que o sucesso e as vendas da cartilha permanecem até os dias atuais.

De um modo geral, podemos concluir que as representações do feminino presentes na Cartilha Caminho Suave são concebidas de formas diferentes. A representação do homem abrange situações mais diversas do que as mulheres. Os homens são representados como autônomos, independentes, provedores. Essa representação é desigual, uma vez que a mulher reflete o papel estabelecido em uma ordem, sendo contida, pois seu ambiente é o mundo privado. Isso ocorre porque as representações expressam um valor simbólico (Moscovici, 2015, p. 21) da sociedade em que os materiais didáticos foram produzidos.

Sabemos que os livros didáticos não são apenas responsáveis pelo conhecimento sistematizado, mas também portadores de elementos responsáveis pela construção e representação das identidades dos alunos e alunas. Portanto, podemos concluir que a Cartilha Caminho Suave educou e alfabetizou gerações, deixando representações que até hoje contribuem para a construção estereotipada da representação de homens e mulheres.

Branca Alves de Lima foi uma mulher que não se limitou aos papéis destinados pela sociedade à mulher, como o casamento e os filhos, sendo empresária, divulgadora e autora. No entanto, sua obra imprimiu os valores apregoados pela sociedade patriarcal.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Julia d'Albuquerque Sandy. **Bello Sexo**. Rio de Janeiro: 21 ago.1862. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/bello-sexo/736902>> Acesso em 19 out. de 2022.
- AGUIAR, Julia d'Albuquerque Sandy.**Bello Sexo**. Rio de Janeiro: 31 ago.1862. Segunda Sessão de senhoras. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/bello-sexo/736902>>. Acesso em 19 out. de 2022.
- ALMEIDA, Presciliana Duarte de. Entre Amigas. **A mensageira**. São Paulo, 15 out. 1897. Disponível em < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7767> >. Acesso em 03 out. de 2022.
- ARAÚJO, Gustavo Cunha de; SANTOS, Sônia Maria. A cartilha caminho suave: História, memória e iconografia. Fênix - **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 2, p. 01-14, abr./ mai./ jun.2008.
- ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, nov. 2022.
- AZEVEDO, Josephina Álvares de. As mulheres e as eleição. **A família**. Rio de Janeiro, 06 jul. 1889. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/familia/379034>>. Acesso em 04 out. de 2022.
- AZEVEDO, Josephina Álvares de. Direito ao voto. **A família**. Rio de Janeiro, 07 dez.1889. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/familia/379034>>. Acesso em 04 out. de 2022.
- BALDISSERA, José Alberto. **O livro didático de história: Uma visão crítica**. São Leopoldo: Editora Cultural Vale dos Sinos. 1993.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres, 2010. Disponível em <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/TemposeMemorias_MovimentoFeministanoBrasil_2010.pdf>. Acesso em 17 jul. de 2023.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3º reimpr. Da 1ª ed. Tradução de RETA, Luis Antônio; PINHEIRO, Augusto. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo - A experiência Viva**. Tradução Sérgio Milliet - 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Volume 2.
- BENITO, Agustín Escolano. El manual escolar y la cultura profesional de los docentes. Tendências Pedagógicas. n. 14, p. 169 -180. 2009.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade: Limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe(org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.p. 69 - 90.

BITTENCOURT, Circe. **O Livro didático e o conhecimento histórico: Uma história do saber escolar**.1993. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BRASIL MULHER. Com quem fica nossos filhos quando a gente sai pra trabalhar? **Brasil Mulher:** Londrina 09 out.1975. Disponível em < <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher>> Acesso em 02 nov. de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Contituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.Acesso em 04 nov. de 2022.

BRASIL. Decreto – lei nº. 1.006 de 30 de dezembro de 1938. Dispõe estabelecer as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União:** Rio de Janeiro, 30 dez.1938. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Decreto – lei nº. 8.460 de 26 de dezembro. Dispõe consolidar a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União:** Rio de Janeiro, 26 jun. de 1945. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Consolida%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20as,e%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20livro%20did%C3%A1tico> >. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 58.653, de 16 de junho de 1966. Dispõe instituir no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático. **Diário Oficial da União:**Brasília,16jun.1966. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58653-16-junho-1966-378849-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DECRETA%3A-,Art.,a%20Alian%C3%A7a%20para%20o%20Progresso>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6 de 19 de novembro de 1889. Dispõe sobre o que que se consideram eleitores para as câmaras gerais, da província e dos municípios onde todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que souberam ler e escrever. **Coleção de Leis do Brasil**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 03 out. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Dispõe a reforma do ensino primário e secundário da corte e a inserção da mulher no nível superior. Disponível em <

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em 04 out. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 77.107 de 04 de fevereiro de 1976. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Brasília**, 4 fev. 1976. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 91. 542 de 19 de agosto de 1985. Dispõe instituir o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Brasília**, 19 ago.1985. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Dispõe a regulamentação em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais, e o voto feminino. **Diário Oficial da União: Rio de Janeiro**, 24 fev. 1932. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 26 out. de 2022.

BRASIL. Decreto nº. 38.728 de 09 de junho de 1971. Dispõe alteração do Decreto nº 66.315 de 13 de março de 1970. **Diário Oficial da União: Brasília**, 17 jun.1971. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68771-17-junho-1971-410540-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Decreto nº. 62.411 de 15 de março de 1968. Dispõe Aprova o estatuto da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 mar.1968. Disponível em < [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62411-15-marco-1968-403549-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Aprova%20o%20estatuto%20da%20Funda%C3%A7%C3%A3o,FE%20NAME\)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62411-15-marco-1968-403549-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Aprova%20o%20estatuto%20da%20Funda%C3%A7%C3%A3o,FE%20NAME)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias) >. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Decreto nº. 9.355, de 4 de outubro de 1966. Dispõe instituir no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 out.1966. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%20no%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o,que%20lhe%20confere%20o%20art>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Extrato de contrato. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 dez.1980. Disponível em < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3530914/pg-92-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-12-1980>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Lei 15 de outubro de 1827. Dispõe sobre o acesso de meninas na educação elementar e suas definições. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Disponível em

< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html >. Acesso em 03 out. de 2022.

BRASIL. Lei nº 93 de 21 de dezembro 1937. Dispõe a criação do Instituto Nacional do Livro. **Presidência da República. Casa Civil.** Subchefia para assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Lei nº. 4.121 de 27 de agosto de 1962. Dispõe essa lei sobre a situação jurídica da mulher. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm>. Acesso em 17 jul. de 2023.

BRASIL. Lei nº. 5.327 de 02 de outubro de 1967. Dispõe autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília: 2 out.1967. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5327-2-outubro-1967-359134-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Lei nº. 6.515 de 26 de dezembro de 1977. Dispõe essa lei regulamentação os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm>. Acesso em 17 jul. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Fundação de Assistência ao Estudante. Programa Nacional do Livro didático. **Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos:** Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências 1ª a 4ª séries. Brasília: FAE/MEC – UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação de Assistência ao Estudante. **A nova escolha do livro didático.** Programa Nacional do Livro Didático. Rio de Janeiro, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação de Assistência ao Estudante. **Catálogo para indicação do livro didático.** Programa Nacional do Livro Didático, Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação de Assistência ao Estudante. **Manual para indicação para o Livro Didático.** Programa Nacional do Livro Didático. Rio de Janeiro, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação de Assistência ao Estudante. **Manual para indicação para o Livro Didático.** Programa Nacional do Livro Didático. Rio de Janeiro, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático,** Brasília, 2002.

BRASIL. portaria nº. 35 de 11 de março de 1970. Divulga o processo de aquisição do Livro Didático para o Instituto Nacional do livro em sistema de coedição. **Diário Oficial da União:** Brasília, 30 mar.1970. Disponível

em <<http://www.labtime.ufg.br/modulos/materiaisdidaticos/legislacoesPublicacoes/Portaria-35-de-11-de-marco-de-19>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Projeto de Lei 736/1937. Dispõe este projeto a criação do Estatuto da Mulher, elaborado por Bertha Luz. Disponível em <<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/direito-ao-trabalho>>. Acesso em 04 nov. de 2022.

BRASIL. Resolução CD FNDE, nº. 6 de julho de 1993. Dispõe fluxos de verbas para aquisição e distribuição de livros didáticos em todo o território brasileiro das escolas públicas. Histórico do PNLD. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518hist%C3%B3rico#:~:text=1993%20%2D%20A%20Rsolu%C3%A7%C3%A3o%20CD%20FNDE,e%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20do%20livro%20did%C3%A1tico>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 18, de 24 de abril de 2007. Dispõe regulamentar a execução do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-informacao/institucional/legislacao/item/3139-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-18-de-24-de-abril-de-2007>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 15 de outubro de 2003. Dispõe promover para as escolas do ensino médio das redes estadual, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos, abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-informacao/institucional/legislacao/item/4256-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38,-de-15-de-outubro-de-2003#:~:text=RESOLVE%20%20O%20E2%80%93%20REFERENDUM%20O%20E2%80%93%20A,para%20o%20Ensino%20M%C3%A9dio%20O%20E2%80%93%20PNLEM>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 40, de 26 de julho de 2011. Dispõe regulamentar a execução e manutenção das classes multisseriadas da Educação do campo com o Programa Nacional do Livro Didático do Campo. Brasília, 26 de julho de 2011. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/acao-informacao/institucional/legislacao/item/3463-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-40-de-26-de-julho-de-2011>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Resumo de Contrato. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 dez.1973. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3301158/pg-192-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-12-1973>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Resumo de contrato. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 out.1976.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 out. 1976. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3373862/pg-107-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-10-1976>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

BRASIL. Termos de Contrato. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 set.1975. Disponível em < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3303364/pg-90-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-09-1975>>. Acesso em 24 abr. de 2022.

CALIXTO, Carolina; GOUVÊA, Viviane. O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro v 33, nº. 2 p. 241 -261, maio/ago. 2020.

CAMPOS, Valéria Maria Queiroz **Camargo de. A construção da noção de cidadania em livros didáticos de história de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental I**. Dissertação. 2005. (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs) **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papyrus, 2000.p. 9-39.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2ªed. Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, v. 24, nº. 69, p. 07 – 30. 2010.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão e leitura. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211 -238.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, nº. 2. p. 177- 229. 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 3, nº. 3, p.549-566. set./ dez. 2004.

CHOPPIN, Alain. Manuels scolaires, États et sociétés. XIX e-XXe siècles **Histoire de l'éducation**. In: CHOPPIN, Alain (org.) Paris: Editora: INRP, 1993.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, jan./abr 2009.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos Cedes**, nº 52, p. 11 – 24, nov./2000.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Catariana Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença” Estudos Feministas, Florianópolis, v 3, n. 13, p. 291- 703. Set./dez. de 2005. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2005000300014/7725>>. Acesso em 02 nov. de 2022.

COUTO, Amélia Carolina da Silva. Echo das Damas. Rio de Janeiro, 04 jan.1888. Disponível em < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/echo-damas/248207> >. Acesso em 04 out. de 2022.

DIAS, Paulo Martins. A ideologia do branqueamento na educação e implicação para a população negra na sociedade brasileira. **Revista Aleph**, Nº22, p. 304-316, dez. 2014.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Mota. A educação da Mulher. O sexo feminino. Cidade da Campanha, 07 set.1873. Disponível em < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>>. Acesso em 04 out. de 2022.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Mota. Igualdade de direitos. Quinze de novembro do Sexo feminino. Rio de Janeiro, 16 abr.1890. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/quinze-de-novembro/228559>>. Acesso em 04 out. de 2022.

DINIZ, Francisca Senhorinha da Mota. Igualdade de direitos. Quinze de novembro do Sexo feminino. Rio de Janeiro, 30 set.1890. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/quinze-de-novembro/228559>>. Acesso em 04 out. de 2022.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, nº 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana,2010.

Faria, Lia. **Ideologia e utopia nos anos 60**: um olhar feminino. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. GUARESCHI, Pedrinho Arcides; Jovchelovitch, Sandra Guareschi, (Orgs.) **Textos em Representações Sociais**. 5ª ed. Petrópolis- Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995. p. 31-59.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Após 40 anos, Caminho Suave ainda vende 750 mil exemplares. **Folha de São Paulo**, Educação, São Paulo, 17 de abril de 1990, p. C-6. Disponível em: < <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10936&anchor=4084765&origem=busca&originURL=&pd=8623dad668a5b28807c2b120536a2774>>. Acesso em 02 out. 2022.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. O Livro didático de História: Lugar de memória e formador de identidades. Florianópolis- SC,1999. **Anais do XX Simpósio Nacional de História - ANPHU**. p. 203-212.

FRADE, Isabel Cristiana Alves da Silva; NASCIMENTO, Luiz Augusto do. Cartilha Caminho Suave em diferentes edições: análises de aspectos gráficos e editoriais. **Revista Brasileira de Alfabetização- ABALF**, Vitória – ES, v. 1, n. 7, p. 132-161, jan/jun.2018.

FREITAG, Barbara; MOTTA, Valeria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília, INEP, 1987.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**: Brasília, v. 2, n.4, p. 149 - 166. 2014.

GARCIA, Carla Cristina. Fronteiras do feminismo: teorias e práticas decoloniais. PEREIRA, Beatriz; MELO, Mônica de. (orgs) PIMENTEL, Silvia; ARAÚJO, Símeia de Mello (coord.) **Raça e gênero**: discriminações, interseccionalidades e resistências. São Paulo: EDUSC, 2021.p. 49-64.

GARCIA, Roosevelt. A inesquecível Cartilha Caminho Suave. **Veja São Paulo**, 2017. Cultura e lazer. Disponível em: < <https://vejasp.abril.com.br/coluna/memoria/a-inesquecivel-cartilha-caminho-suave/>>. Acesso em 09 jan.2023.

GETSCKO, Demi. Educação e adequação. O Estado de São Paulo, Economia, São Paulo, 19 de fevereiro de 2017, p. B15. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170219-45050-spo-39-eco-b15-not/busca/Caminho+Suave+cartilha> Acesso em 20 de abri. 2022.

GILLY, Michel. As representações sociais no campo educativo. **Educar**, Curitiba, nº. 19, p. 231-252. 2002.

GUARESCHI, Pedrinho A. “Sem Dinheiro Não Há Salvação”: Ancorando o Bem e o Mal Entre Neopentecostais. GUARESCHI, Pedrinho A; Jovchelovitch, Sandra Guareschi, (Orgs.) **Textos em Representações Sociais**. 5ª ed. Petrópolis- Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995. p.191 – 225.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Cultura e representação social**. Rio de Janeiro; Editora PUC-Rio, 2016.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, abril /00, p. 19- 170.

JODELET, Denise. As representações sociais: um domínio em expansão. JODELET, Denise (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro, 2001, p. 18-44.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**. Tradução Lilian Ulup. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2017.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à Conquista o Sufrágio Feminino no Brasil (c.1850-1932)**. Dissertação. 2013. (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva. O impacto da teoria das Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **O Conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.46-57.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LETRAS DA PROVÍNCIA. Publicação Mensal das Casas de Cultura de Limeira e Jaú, oficializadas pela Associação Brasileira de Escritores de São Paulo (SP), em sua edição de número 127 – 128, p. 8. Disponível em < <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=114731&pasta=ano%20195&pesq=cartilha%20caminho%20suave&pagfis=661> >. Acesso em 24 ago.2022.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave. Comunicação e Expressão: 3º série, 1º grau**. 16ª ed. São Paulo: Caminho Suave, 1985.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave. Comunicação e Expressão: 4º série, 1º grau**. 4ªed. São Paulo: Caminho Suave, 1986.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave: 1º Livro de Leitura**. 10ª ed. São Paulo: Caminho Suave, 1973.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave: 1º Livro de Leitura**. 21ª ed. São Paulo: Caminho Suave, 1982.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave: Alfabetização pela imagem**. (renovada e ampliada). 132ª ed., renov., ampli. e atual. São Paulo: EDIPRO,2015.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave: Alfabetização pela imagem**. 80ª ed. São Paulo: Caminho Suave, 1978.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave: Alfabetização pela imagem**. 84ª ed. São Paulo: Caminho Suave, 1985.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave: Alfabetização pela imagem**. 93ª ed. renov., ampli. São Paulo: Caminho Suave,1985.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave: Comunicação e Expressão: 2º série, 1º grau**. 16ª ed. São Paulo: Caminho Suave, 1985.

LIMA, Branca Alves de. **Caminho Suave: Comunicação e Expressão: 2º série, 1º grau**. 1ª. ed. Paulo: Caminho Suave, 1978.

LIMA, Branca Alves de. **Cartilha Caminho Suave: Alfabetização pela Imagem**. 21ª ed. São Paulo, Caminho Suave, 1958.

LIMA, Branca Alves de. **Cartilha Caminho Suave: Alfabetização pela Imagem**. 69ª edição. São Paulo, Editora Caminhos Suave Limitada, 1967.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e” do lar”. Brasil. **Revista Veja**, São Paulo: Abril, 2016. Disponível em< <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em 18 de jan. 2023.

LINO, Sonia Cristina da Fonseca. **As ideias feministas no Brasil (1918-1932)**.1986. Dissertação (Dissertação em História do Brasil: História Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986.

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana,2010.

LOPES, Gisele Garcia. **A representação de mulheres nos livros didáticos de história** (Programa Nacional do Livro Didático: 2017 - 2019) Dissertação. 2018. (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**: Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p.101 - 132. jul. / dez de 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo Brasileiro**: revolução de ideias e políticas públicas. JUNIOR, Geraldo de Souza; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Lívia Gimenes Dias da. (orgs.) Série O Direito Achado na Rua, vº 5. Introdução Crítica ao direito das mulheres. Brasília: CEAS, FUB, 2012.p. 77-81.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da História Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. **Sífiro. Revista de Ciências da Educação**, p. 05 -14. 2006.

MARCILIO, Maria Luiza. **História da alfabetização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2016.

MATOS, Maria Izilda de. Outras Histórias: as mulheres e estudos de gênero – percursos e possibilidades. MATOS, Maria Izilda de; SOLER, Maria Angélica (orgs). **Gênero em debate**. São Paulo: UDESC, 1997. p.83-114.

MAZZI, Lucas Carato; SHIO, Rúbia Barcelos Amaral. Uma trajetória histórica dos livros didáticos: um foco nas políticas públicas implementadas nos séculos XX e XXI. **Intermaths**, v. 2, n.1, p. 88-105. Jan. /jun2021.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações à Educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, n. 1, p. 18-43, jan. / jun. 2008.

MEIRELES, Cecília, **A Sereia**. Disponível em <<https://belezakonhecimento.blogspot.com/2012/11/sereia-cecilia-meireles.html>> Acesso em 10 jul de 2021.

MELLO, Mariana Teixeira de. Condenado pelas escolas livro didático deve mudar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1983, 18 de set, p. 24, Terceiro Caderno, Educação. Disponível em <acervo.folha.com.br>. Acesso em 31 jul de 2022.

MELLO, Soraia Carolina de. A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasil e da Argentina. In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs.) **Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo Editora, 2014.

MIRIANDA Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 4, n. 48, p. 123-144. 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo (org.). **Alfabetização no Brasil: uma história de sua história**. São Paulo; Marília: Editora UNESP/Oficina Universitária, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo (org.). **História dos métodos de alfabetização no Brasil. Conferência: Alfabetização e letramento em debate**. Brasília, 2006.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os Sentidos da Alfabetização: São Paulo 1876-1994**. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Tradução Álvaro Cabral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução Pedrinho Arcides Guareschi. 11ª ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

MOSQUEIRA, Débora de Souza Bueno; TEDESCHI, Losandro Antonio. Mulherio (1981-1987) e o “novo” discurso sobre a mulher na imprensa feminista. Disponível em <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(52\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(52).pdf)>. Acesso em 10 jul de 2021.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.p. 271 -296.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**. Porto Alegre, v. 20, n.50, p. 117-136 – set/dez.2016.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira História Educação**. Campinas, v. 12, n. 3, p. 179-197, set./dez. 2012.

NAHES, Semiramis. **Revista Fon Fon**: A imagem da mulher no Estado Novo (1937/1945). São Paulo: Arte & Ciências, 2007.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; Oliveira, Bernardo J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu** n.29, p. 429-457, jul/dez. de 2007.

NICARETA, Samara Elisana. **Para serem bem-comportadas? Imagens de mulheres em livros escolares de autoria feminina (1889-1945)**. Tese. 1998 (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

NORONHA, Joanna Paula Manso de. As nossas assignantes. **Jornal das Senhoras**, Rio de Janeiro, 1852, p. 1, 01 jan. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096>>. Acesso em 02 out de 2022.

NÓS MULHERES. Editorial. **Nós Mulheres**. São Paulo: 07 de março de 1978. Disponível em <<https://www.fcc.org.br/conteudosospeciais/nosmulheres/>>. Acesso em 02 nov. de 2022.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Quem vende mais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 de agosto de 1967, p. 19. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670820-28329-nac-0019-999-19-not>> Acesso em 19 abri.2023.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. A Teoria de Representações Sociais como grade de leitura da saúde e da doença: a constituição de um campo interdisciplinar In: OLIVEIRA, Angela Maria de Almeida; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs.) **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2ª. ed, revista. Brasília: Technopolitik, 2019, p.585 – 624.

PEDRO, Maria Joana. Corpo, prazer e trabalho. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria(orgs). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª. ed; 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2018, p. 238 – 259.

PEDRO, Maria Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PERES, Eliane; VAHL, Mônica Maciel; THIES, Vânia Grim. Aspectos editoriais da Cartilha Caminho Suave e a participação da Editora Caminho Suave Limitada em programas federais do livro didático. **Revista Brasileira História Educação**, Maringá-PR, v. 16, n.1, p. 335-372, jan./abr. 2016.

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

PINHEIRO, Fabiane Karine. **Representações Sociais Dos Usuários Do Sistema Único De Saúde Sobre Sua Participação Em Unidades De Saúde Da Família Do Município De Ponta Grossa – Pr**. Dissertação. 2022 (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento silêncio. **Estudos Históricos**, n. 3, v.2, p.1 – 15. Rio de Janeiro.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação no debate público brasileiro. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria(orgs). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª. ed. 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2018, p. 194 -217.

PRIORE, Mary Del. **Ao Sul do corpo**: educação feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia.Tese.1990 (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – São Paulo, 1990.

PRIORE, Mary Del. O nascimento de Vênus ou a origem da história das mulheres. **Fronteiras – Revista História UFMS**. Campo Grande, v. 2, n.3, Jan/jun. 1998, p. 57-72.

PRIORE, Mary Del. **Sobreviventes e Guerreiras**: Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta 2020.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2016.

RAGO, Margareth. Os Feminismos No Brasil: Dos “Anos De Chumbo” À Era Global. Labrys, Estudos Feministas, n.3, 2003. Disponível em< <http://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso em 02 nov. de 2022.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. Londrina: EDUEL, 2013.

ROSA, Grasielle dos Santos da. **Movimento Negro no Brasil nas décadas de 1980 -1900. Rompendo correntes e conquistando direitos**. Monografia. 2011 (Trabalho de Conclusão de curso em História). Universidade do Extremo Sul Catarinense - UDESC. Osório, 2011.

ROSSETTI, Fernando. Pioneira associa letras a imagens. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1997, p.10, 25 nov. Cotidiano. Disponível em< acervo.folha.com.br>. Acesso em 31 jul de 2022.

SÁ, Celso Pereira de. Representação Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **O Conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 19-45.

SABAT, Ruth. Gênero e Sexualidade para consumo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre, (orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 9. ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013, p. 149-159.

SÃO PAULO. 29 de maio de 2009. Tribuna. Obras inadequadas. Comentário do Deputado Estadual Antônio Mentor. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, p. 5. Disponível em <
https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2009%2flegislativo%2fmaio%2f29%2fpag_0005_A6BAK25H78OOPe3F9OT87A5V4OD.pdf&pagina=5&data=29/05/2009&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100005>. Acesso em 27 de out. de 2022.

SÃO PAULO. Departamento de Educação. Dispõe a solicitação de Branca Alves de Lima, para a participação da Cartilha Caminho Suave, no processo de livros didáticos. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 06 fev.1949.

SÃO PAULO. Portaria nº. 17 de fevereiro de 1959. Dispõe a inclusão da Cartilha Caminho Suave, na lista dos livros a serem adotados no Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 17 fev.1959. Disponível em <
http://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1959%2fexecutivo%2ffevereiro%2f12%2fpag_0024_16UPP4NBQ757Ie2MUK0JVTHT517.pdf&pagina=24&data=12/02/1959&caderno=Executivo&paginaordenacao=100024>. Acesso em 24 abr. de 2022.

SÃO PAULO. **Imprensa Oficial**. São Paulo, 06 fev.1949. Disponível em <
https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1949%2fexecutivo%2ffevereiro%2f06%2fpag_0008_F570FKL3IIQV1e5GBOVAL8SJK7O.pdf&pagina=8&data=06/02/1949&caderno=Executivo&paginaordenacao=100008> Acesso em 24 abr.2022.

SARTI, Chynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Caderno de Pesquisa**: São Paulo- SP, n. 64, p. 33 – 47, fev.1988.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese. 2012.(Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Fantasias do Milênio: o futuro do gênero no século XX. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**: Curitiba, v.12, n. 39, p. 319-339. jan. / jun de 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**: Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 77-99. jul. / dez de 1995.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11 – 20. Jan/ abril de 2005.

SILVA, Ana Célia da. A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011. SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed., revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Sônia Cristina. Saiu a lista com didáticos com erros. O Estado de São Paulo, 25 jun. 1996. Educação p. A18. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960625-37505-nac-0018-ger-a18-not/busca/Caminho+Suave>> Acesso em 19 abr. 2023.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria(orgs). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª. ed; 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2018, p.218-237.

SOUZA, Dominique Julia. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1. p. 9 – 43. Jan/jun. 2001.

SOUZA, Silvana Oliveira. Mulher e política: um breve balanço historiográfico na produção do século XX. **HISTOREN – Revista de História**. Petrolina, n. 2. p. 69- 82. jan./ mar.2010.

STUART, Hall. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PCU Rio, 2016.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TRINDADE, Josiney da Silva; MILÉO, Irlanda do Socorro de Oliveira. Movimento Negro no Brasil pós década de 1970: ação política e educação antirracista. **Inter-Ação**: Goiânia, v.47, n.1, p. 13-29, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67820>. Acesso em 23 jul.2022.

TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA Angela Maria de Oliveira. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: OLIVEIRA, Angela Maria de Almeida; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs.) **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2ª. ed, revista. Brasília: Technopolitik, 2019, p.101 -122.

VIEIRA, Miriã Noeliza. “**Caminho Suave**”: quão suaves são os caminhos das mulheres. 2009. Monografia (Graduação em Bacharelado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.

VIEIRA, Miriã Noeliza. **Caminho suave**. Quão suaves são os caminhos das mulheres. Editora Novas edições Acadêmicas, 2016.

VIEIRA, Miriã Noeliza. Representações do Feminino nas Imagens da cartilha Caminho Suave. **Revista Escritas**, v. 6 nº.2, p. 41-57, 2014.

WARTTUSCH, Mírian; SANTOS, José Alex Trajano dos. A mulher que alfabetizou milhões. In. MENEZES, PADILHA, Lis Angelis de. (org.). **Educadores Paulistas: histórias de vida e ações no âmbito educacional**. Campinas: Editora Autores Associados, 2022. p. 341 – 352.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação do direito das mulheres**. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes de Souza, Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2021.